# RESPOSTAS DOS RECURSOS DA PROVA ESCRITA DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MAURITI – CEARÁ

## CARGOS: NÍVEL MÉDIO

## MATÉRIA: PORTUGUÊS

**QUESTÃO: 01**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Não há no texto nenhum elemento que justifique a alternativa III – quando ele fala, ela compreende como uma brincadeira e o manda parar, depois o manda ir comprar pão e café, fato que ele não contestou. Os fragmentos: *A mulher pelejava por acender o fósforo úmido, não conseguiu, riscou outro palito e o palito falhou e experimentou um terceiro enquanto lhe gritava que chegasse dessa brincadeira besta, já não bastavam as crianças que hoje estavam impossíveis e também ele agora atormentando, heim?!* [...] *como se não bastassem as gracinhas do filho e também ele com as brincadeiras debilóides, um pouco velho para brincar assim, não?* Os fragmentos transcritos deixam claro que ela não compreendeu o que ele estava falando e considera a sua fala como brincadeira debiloide. Não há qualquer informação de fingimento e sabedoria dela (elementos que poderiam ser sugeridos por algum gesto de susto, recobrar o equilíbrio...). O final do texto deixa isso claro: *O homem pegou o Júnior pela mão, foi buscar o pó de café, os pãezinhos, os fósforos e não brincou mais.*

**QUESTÃO: 02**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Observe os fragmentos:
*Esperando uma oportunidade melhor e faltava coragem, esmorecia, quem sabe da próxima semana, depois do aniversário de Afonsinho?*(nome do filho)
*Espera, agora a Georgeana pegou sarampo, deixa ela ficar boa e então.* (uma filha)
*... como se não bastassem as gracinhas do filho e também ele com as brincadeiras debilóides* (indica que não há outro filho homem)
*O homem pegou o Júnior pela mão, foi buscar o pó de café, os pãezinhos, os fósforos e não brincou mais.* (Afonso Júnior)
Tais referências esclarece a existência de dois filhos: Georgeana e Afonsinho, sendo este último, o nome do pai – letra B.
A letra A não é verdadeira porque não existe no texto nenhuma crítica social. É uma narrativa de uma família e o conflito apresentado é de natureza individual, que pode envolver questões morais.
A letra C se encontra em dissonância porque não apresenta desenlace, apenas uma situação cômoda para encerrar a narrativa. A D mostra, pela referência do texto que ele não insistiu para fazer a mulher compreender que estava falando a verdade. A E não encontra qualquer respaldo no texto.

**QUESTÃO: 03**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
De todas as proposições apresentadas, apenas a letra **(a)** é preenchida com **A,** em todas as demais é **HÁ.**
**B –** existem
**C** – Existem
**D** – tempo passado
**E** – existem

**QUESTÃO: 04**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A palavra **você** está acentuada por ser **oxítona terminada em A, E, O e EM acrescida ou não em S.**
**Todas as alternativas apresentam monossílabos tônicos, exceto está,** que recebe acento pela mesma regra de você. A questão solicita que marque a opção que apresente a mesma regra de acentuação.

**QUESTÃO: 05**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
**AVASSALADORA;** Sinônimo - incluem palavras como arrasadora, devastadora, dominadora, esmagadora, irresistível, opressora, subjugadora e arrebatadora, referindo-se a algo ou alguém que domina, destrói ou exerce grande poder e força, seja no sentido literal ou figurado (como um amor ou sentimento).
No sentido de Destruição/Força Bruta: arrasadora, devastadora, destruidora, **aniquiladora**, assoladora.
Exemplos de Uso:
"Uma tempestade avassaladora" (devastadora, arrasadora).
"Uma paixão avassaladora" (irresistível, aniquiladora).
"Uma força avassaladora" (dominadora, esmagadora).

**QUESTÃO: 06**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 07**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A palavra **AGIOTA** está grafada com **J**

**QUESTÃO: 08**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 09**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A expressão "Que teatrinho" pode significar dimensões físicas, afeição ou carinho e ironia ou desdém. O diminutivo "teatrinho" expressa um teatro pequeno (literal), mas, mais comumente, um sentido de ironia, desprezo, ou até carinho/afeto dependendo do contexto (menos comum por se referir a teatro), podendo indicar um teatro amador, de pouco valor, ou um passatempo de criança.
Afonsinho é o diminutivo formal e afetivo do nome Afonso. É comumente usado como apelido carinhoso para meninos (pequenos) ou homens quando se tem familiaridade.

**QUESTÃO: 10**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

## CARGOS: NÍVEL MÉDIO
## MATÉRIA: CONHECIMENTOS GERAIS

**QUESTÃO: 11**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O(a) candidato(a) argumenta que os três elementos essenciais à existência jurídica de um Estado, segundo a teoria do Direito Internacional e do Direito Constitucional, seriam: Povo, Território e Governo. A partir dessa premissa, afirma que nenhuma alternativa da questão refletiria corretamente tais elementos. Porém, a argumentação do(a) candidato(a) parte de uma leitura incompleta da teoria

do Estado e não corresponde ao que a questão efetivamente pergunta, razão pela qual não há fundamento para anulação. A questão não pergunta: "Quais são os três elementos clássicos do Estado segundo a doutrina geral?" O enunciado contextualiza o preâmbulo da Constituição de 1988 e afirma: "[…] há uma introdução do que foi estabelecido enquanto base estrutural para o estado nacional brasileiro, determinando princípios como soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana. Para que um Estado exista juridicamente, é necessário que três elementos estejam presentes, permitindo a organização política, social e administrativa." E, em seguida, pede que seja marcada A ALTERNATIVA que considera a essencialidade na qual o estado nacional brasileiro se fundamenta. Ou seja, a pergunta é específica: refere-se ao fundamento jurídico-político do Estado brasileiro, não aos elementos clássicos do Estado na teoria geral. Logo, o(a) candidato(a) se equivoca ao afirmar que a questão pede exclusivamente "povo, território e governo". A questão pede a essencialidade conforme o Estado brasileiro, e não conforme a teoria clássica geral. A Constituição de 1988 é explícita: Art. 1º – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político. E, entre esses, o que responde objetivamente à pergunta da questão é: Soberania: a soberania é justamente o elemento que, do ponto de vista constitucional brasileiro, garante a existência do Estado no plano jurídico e internacional. Sendo assim, para o Estado brasileiro, a tríade essencial é: Povo, Território e Soberania. Esses elementos garantem a existência e o reconhecimento jurídico do Estado brasileiro como unidade política internacionalmente válida. Eles aparecem tanto na Constituição quanto na doutrina brasileira de Direito Constitucional. Portanto, a única alternativa correta é a letra D) Povo, Território e Soberania. Essa alternativa é a única que mantém dois dos três elementos clássicos do Estado (povo e território). Substitui "governo" por "soberania", o que está em conformidade com o fundamento constitucional do Estado brasileiro (art. 1º, I). Responde ao enunciado, que não pergunta sobre a teoria geral, mas sobre a essencialidade na qual o estado nacional brasileiro se fundamenta, isto é, conforme o texto constitucional.

**QUESTÃO: 12**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Os recursos apresentados sustentam que o erro ortográfico presente no enunciado da grafia "em bisca" em vez de "em busca" teria comprometido a interpretação da questão, tornando-a duvidosa ou induzindo a erro. Após análise, conclui-se que o erro ortográfico não comprometeu o entendimento global do enunciado nem prejudicou a identificação da alternativa correta, razão pela qual não há fundamento para anulação da questão. Sobre o erro ortográfico: Apesar da grafia equivocada, a palavra aparece em um contexto sintático e semântico plenamente reconhecível: "(…) em bisca da soberania, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e do pluralismo político". Mesmo com o erro gráfico, o termo "bisca" não forma outra palavra existente na língua portuguesa que produza sentido diverso. O(a) candidato(a), pela leitura contextual, identifica claramente que o enunciado se refere à expressão "em busca" utilizada amplamente em textos oficiais e em redações sobre princípios constitucionais.

Portanto, trata-se de erro material, mas não de erro capaz de alterar o sentido, induzir a múltiplas interpretações ou impedir a compreensão da pergunta. A jurisprudência em concursos considera que erros materiais que não alteram o núcleo semântico não justificam anulação. A alternativa B é a única resposta correta, haja vista que o enunciado descreve um conjunto específico de elementos da Constituição Federal: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político. Esses não são direitos civis, não são competências administrativas, não são funções essenciais à Justiça e tampouco são atribuições do Poder Executivo. Eles compõem, exatamente, o que o Título I da Constituição Federal de 1988 denomina "Princípios Fundamentais", especificamente o art. 1º, incisos I a V. Apesar do erro material de digitação ("em bisca"), o enunciado preserva seu sentido essencial e permite ao candidato(a) identificar sem dúvida

que se trata dos Princípios Fundamentais da República, previstos no art. 1º da Constituição Federal. Assim, conclui-se que: não há prejuízo interpretativo; não há ambiguidade; não há duas alternativas possíveis; não há motivo para anulação da questão.

**QUESTÃO: 16**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do recurso impetrado, verificou-se que a argumentação apresentada pelo(a) candidato(a) não guarda relação com o conteúdo da questão em tela, que aborda características climáticas predominantes no deserto do Saara, tema de Geografia Física. A alegação de ambiguidade gramatical é improcedente, uma vez que o enunciado está formulado de maneira explícita e objetiva, sem margem para múltiplas interpretações quanto ao fenômeno climático descrito. As alternativas apresentam distinção inequívoca entre os tipos climáticos, sendo correta a alternativa que caracteriza o clima desértico típico do Norte da África. Assim, não há fundamento técnico para a anulação da questão ou revisão do gabarito.

**QUESTÃO: 17**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Análise da alegação: "o presidencialismo não é regime, mas sistema de governo; logo, a questão deve ser anulada". O(a) candidato(a) afirma que a questão deveria ser anulada porque o comando solicita o "regime político" decorrente da Proclamação da República, mas a alternativa correta (E) menciona o presidencialismo, que seria apenas um "sistema de governo" e não um "regime". Embora a distinção feita pelo(a) candidato(a) exista na literatura especializada, sua aplicação neste caso é equivocada e não compromete a validade da questão, pelas considerações seguintes: o comando da questão NÃO exige que a resposta seja exclusivamente um "regime". O enunciado diz: "Marque a alternativa que apresenta o regime político ou uma consequência decorrente da Proclamação da República na atualidade." Ou seja: a questão admite duas categorias possíveis de resposta: (1) um regime OU (2) uma consequência da Proclamação da República. Portanto, mesmo que se aceite a distinção técnica entre "regime" e "sistema de governo", a alternativa correta continua plenamente válida porque a adoção do presidencialismo é: uma consequência direta e estrutural da Proclamação da República. Desse modo, não é necessário que a resposta seja estritamente um regime político. A questão foi redigida de forma ampla, prevendo ambas as possibilidades ("regime OU consequência"). E essa amplitude está relacionada ao nível mais complexo de questões voltadas para aplicação em certames, a proposição deve, em alguns momentos, trazer ambiguidades para mensurar a capacidade técnica do(a) candidato(a). Não há vício. Após 15 de novembro de 1889, o Brasil rompeu com o regime monárquico; adotou o republicanismo; estruturou seu governo no modelo presidencialista, inspirado nos Estados Unidos; estabeleceu o chefe de Estado e chefe de governo como a mesma figura: o Presidente da República. Portanto, o presidencialismo é sim decorrência direta e imediata da República, tornando a alternativa E plenamente correta e adequada ao comando.

## CARGOS: NÍVEL MÉDIO
## MATÉRIA: AGENTE DE TRÂNSITO

**QUESTÃO: 21**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
A Questão 21 é anulada decorrente da utilização de tipo penal revogado (art. 166 do CP) como parâmetro de julgamento em enunciado que exige análise com base no Capítulo IV do Código Penal. A permanência formal da numeração não afasta o fato de que o dispositivo não integra mais o conjunto de crimes vigentes, podendo induzir o candidato a erro legítimo e comprometer a isonomia da avaliação.

**QUESTÃO: 22**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A ADPF 881 trata exclusivamente de: Juízes e membros do Ministério Público; em situações ligadas ao livre convencimento motivado e independência funcional. Ou seja, é uma exceção extremamente restrita, relacionada a carreiras jurídicas com prerrogativas constitucionais específicas. Essa decisão não altera o tipo penal, não revoga o art. 319, nem modifica sua descrição típica. Prevaricação continua sendo crime para: agentes administrativos; servidores públicos em geral; agentes de trânsito; policiais; qualquer funcionário público sem prerrogativas funcionais especiais. A questão pergunta somente: "Quais condutas são tipificadas como crimes contra a Administração Pública?", ou seja, a resposta é determinada pelo texto da lei, como previsto no edital de Noções de Direito Penal. A expressão "funcionário" empregada no item IV corresponde exatamente à redação do art. 321 do Código Penal, pois, por força do art. 327 do mesmo diploma, o termo "funcionário", para fins penais, significa necessariamente "funcionário público". Assim, o item IV está tecnicamente correto.

**QUESTÃO: 26**
**RESULTADO: RECURSO NÂO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O Gabarito já prevê a alternativa B como a correta.

**QUESTÃO: 27**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O art. 54, II, do CTB estabelece: "conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor segurando o guidom com as duas mãos, salvo para sinalizar." A afirmativa da questão diz: "segurando o guidom com as duas mãos.". Isso está plenamente de acordo com o texto legal, já que o fato de existir exceção legal ("salvo para sinalizar") não invalida a regra geral, que é exatamente a declarada na afirmativa. A questão não exige mencionar exceções, apenas verificar se a afirmativa está conforme o CTB.

**QUESTÃO: 28**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O Gabarito já prevê a alternativa C como a ser assinalada.

**QUESTÃO: 30**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
No contexto da fiscalização de trânsito, a expressão "quaisquer testes" é amplamente utilizada na doutrina, na jurisprudência administrativa e nas provas de concursos como forma abrangente de referir-se ao conjunto de procedimentos previstos no art. 165-A do CTB. Tal expressão engloba, de maneira suficiente e tecnicamente adequada, qualquer modalidade de verificação legalmente prevista. Ressalte-se que o próprio enunciado delimita expressamente que a análise deve ser feita "de acordo com o CTB", o que não abre espaço interpretativo para outros significados externos ao texto legal. Assim, a utilização do termo "quaisquer testes" não viola o princípio da precisão terminológica; ao contrário, reflete de forma sintética e funcional a totalidade dos procedimentos mencionados na lei. Além disso, o enunciado descreve uma recusa integral, e essa recusa, independentemente da denominação utilizada, incide diretamente sobre o núcleo do tipo administrativo previsto no art. 165-A: "recusar-se a ser submetido a teste, exame clínico, avaliação pericial ou outro procedimento que permita certificar a influência de álcool ou outra substância psicoativa.". Ou seja, a conduta narrada no enunciado preenche perfeitamente o tipo infracional, não havendo qualquer prejuízo à compreensão do candidato ou à definição da penalidade aplicável. Dessa forma, conclui-se que a expressão "quaisquer testes" é totalmente compatível com o conjunto de procedimentos descritos na legislação, não gera ambiguidade, não induz ao erro, e não impossibilita resposta objetiva.

**QUESTÃO: 32**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

A infração descrita na alternativa C corresponde integralmente ao art. 181, XVIII, do CTB, sendo classificada como gravíssima. O art. 182, que trata de "parar", conduta diversa, o que torna seu argumento improcedente. Assim, não é permitido aplicar o art. 182 (parada) para responder uma questão que trata de estacionamento. Mantém-se o gabarito na alternativa C.

**QUESTÃO: 33**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
Embora a questão não exigisse a indicação do prazo da suspensão, limitando-se à classificação da infração e à penalidade correspondente, a questão será anulada, uma vez que o enunciado não especificou se a velocidade indicada (96 km/h) correspondia à velocidade medida ou à velocidade considerada, distinção obrigatória segundo a Resolução CONTRAN nº 798/2020. Para fins de autuação e enquadramento no art. 218 do CTB, somente a velocidade considerada.

**QUESTÃO: 34**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A Resolução CONTRAN nº 804/2020 promoveu ajustes redacionais na Resolução 798/2020. Contudo, tais alterações não modificaram a periodicidade mínima de verificação, apenas reafirmaram a sua regulamentação para a norma metrológica complementar, que já disciplinava e continua disciplinando o prazo de 12 meses. Ou seja, a Resolução 804/2020 não alterou a periodicidade de verificação dos medidores de velocidade; a Resolução 798/2020 corretamente remete à regulamentação metrológica do INMETRO; e o regulamento vigente estabelece periodicidade mínima de 12 meses. Além disso, a Resolução CONTRAN nº 798/2020 (atualizada pela 804/2020) não diferencia periodicidade por tipo de equipamento.

**QUESTÃO: 35**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A Resolução 810/2020, em seu Anexo I, ao tratar da classificação dos danos, NÃO estabelece apenas as três categorias DPM, DMM e DGM. Ela também define, como condição possível de enquadramento, o estado sem dano. A alternativa B está correta, e: identifica exatamente as três categorias formais (DPM, DMM, DGM); Inclui corretamente a possibilidade prevista no Anexo I de que a vistoria conclua que o veículo não sofreu dano classificável; Reflete fielmente a realidade operacional e jurídica da Resolução 810.

**QUESTÃO: 36**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
Considerando que a redação do enunciado, ao utilizar a expressão "considerando a exceção do disposto no §5º do art. 3º", pode levar a interpretações distintas quanto à aplicação da regra geral ou excepcional prevista na Resolução CONTRAN nº 918/2022, e que nenhuma das alternativas apresentadas contempla de forma simultânea e precisa todas as possibilidades decorrentes dessa leitura, a Banca opta por anulação.

**QUESTÃO: 37**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão apresenta uma única alternativa compatível com a redação literal e inequívoca da Resolução CONTRAN nº 940/2022. A alternativa B não encontra qualquer amparo normativo e não gera ambiguidade que comprometa a objetividade do item. A ausência de informação sobre óculos de proteção não altera a regra aplicável à viseira durante imobilização, pois a norma se refere apenas ao movimento do veículo para exigir sua posição abaixada.

**QUESTÃO: 38**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

A placa exibida é a A-30B: Estreitamento de pista à direita, pois: o lado direito da figura está retraído, demonstrando perda de largura do lado direito; o lado esquerdo permanece vertical, indicando ausência de alteração naquele lado. Logo, A placa apresentada na prova não corresponde ao estreitamento à esquerda, mas sim ao estreitamento à direita, conforme o padrão oficial do MBST.

**QUESTÃO: 39**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Em todas as versões oficiais do MBST, a placa A-32b aparece exatamente igual à imagem constante na alternativa A da prova.

## CARGOS: NÍVEL MÉDIO

### MATÉRIA: EDUCADOR SOCIAL

**QUESTÃO: 21**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O ART.16 TRATA DO QUE SÃO GARANTIDOS NOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, OS QUAIS SÃO CITADOS NA ALTERNATIVA (C) TORNANDO A ALTERNATIVA CORRETA NO GABARITO.
*Art. 16. Nos programas e serviços de habilitação e de reabilitação para a pessoa com deficiência, são garantidos:*
*I - organização, serviços, métodos, técnicas e recursos para atender às características de cada pessoa com deficiência;*
*II - acessibilidade em todos os ambientes e serviços;*
*III - tecnologia assistiva, tecnologia de reabilitação, materiais e equipamentos adequados e apoio técnico profissional, de acordo com as especificidades de cada pessoa com deficiência;*
*IV - capacitação continuada de todos os profissionais que participem dos programas e serviços.*

**QUESTÃO: 26**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A QUESTAO PEDE QUAL DAS ALTERNATIVAS NÃO CONSISTE EM UM PRINCÍPIO DA POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO, A ALTERNATIVA (E) QUE TRAZ: PARTICIPAÇÃO DO IDOSO, ATRAVÉS DE SUAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS, NA FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS A SEREM DESENVOLVIDOS. É UMA DIRETRIZ E NÃO UM PRINCÍPIO, O QUE TORNA A ALTERNATIVA CORRETA.

**QUESTÃO: 27**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A RUPTURA COM O PARADIGMA DO ASSISTENCIALISMO E A DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA SÃO MARCOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA, QUE RESULTOU NA CRIAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). ENQUANTO: A RUPTURA COM O PARADIGMA DO ASSISTENCIALISMO E A ASCENSÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO MARCAM UMA TRANSFORMAÇÃO FUNDAMENTAL NA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA.

**QUESTÃO: 35**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A ALTERNATIVA (C) TRAZ QUE: A PROMOÇÃO DOS DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS, NÃO É UM DOS PRINCÍPIOS DA

POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. O QUE ESTÁ CORRETO POIS TRATA DE UMA DIRETRIZ DA POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.TORNANDO ASSIM A ALTERNATIVA CORRETA, E A QUESTÃO PEDE A INCORRETA.

**QUESTÃO: 36**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
*Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:*
*I - advertência;*
*II - obrigação de reparar o dano;*
*III - prestação de serviços à comunidade;*
*IV - liberdade assistida;*
*V - inserção em regime de semi-liberdade;*
*VI - internação em estabelecimento educacional;*
*VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.*

A ALTERNATIVA (E), TRAZ: Qualquer uma das previstas no art. 112, I a VI.

EXISTE UMA DIFERENÇA NO ART COLOCADO. O QUE TORNA A QUESTÃO INCORRETA.
QUANDO A BANCA SOLICITOU A ALTERNATIVA CORRETA. MANTEM-SE A ALTERNATIVA (A) COMO CORRETA.

**QUESTÃO: 37**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
***Sequência A-B-C-D-E (Atendimento Primário)***

- ***A (Airway - Vias Aéreas):*** *Verifique se as vias aéreas estão desobstruídas. Em caso de suspeita de lesão na coluna, imobilize o pescoço.*
- ***B (Breathing - Respiração):*** *Verifique se a vítima respira (olhe, ouça e sinta). Se não respirar, inicie a ventilação, se treinado.*
- ***C (Circulation - Circulação):*** *Sinta o pulso. Controle hemorragias com pressão direta. Se não houver pulso, inicie compressões torácicas (RCP), se treinado, no ritmo de 100-120/min.*
- ***D (Disability - Nível de Consciência):*** *Avalie se a vítima está alerta, responde a estímulos verbais, dor ou está inconsciente.*
- ***E (Exposure - Exposição):*** *Exponha a vítima (removendo ou cortando roupas) para avaliar lesões, cobrindo-a para evitar hipotermia.*

A ALTERNATIVA (D) QUE TRATA SOBRE A AVALIAÇÃO DE TEMPERATURA CORPORAL. TRATA-SE DE UMA AVALIAÇÃO SECUNDÁRIA.
A ALTERNATIVA (E) FALA SOBRE COBRIR A VÍTIMA PARA EVITAR HIPOTERMIA.

**QUESTÃO: 39**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO TRAZ O ECA (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NO QUAL TANTO A LEI DO MENINO BERNARDO LEI N.º 13.010, DE 26 DE JUNHO DE 2014 QUANTO A LEI DA PRIMEIRA INFÂNCIA LEI N.º 13.257, DE 08 DE MARÇO DE 2016 SÃO TRATADAS DE FORMA DETALHADA, PORTANTO A QUESTÃO NÃO FOGE DO CONTEÚDO.

**QUESTÃO: 40**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
AS ALTERNATIVA A,B,C E D ABORDAM SITUAÇÕES QUE SÃO VEDADAS (PROIBIDAS) AO ADOLESCENTE EMPREGADO, APRENDIZ, EM REGIME FAMILIAR DE TRABALHO, ALUNO DE ESCOLA TÉCNICA, ASSISTIDO EM ENTIDADE GOVERNAMENTAL OU NÃO-GOVERNAMENTAL, ENQUANTO A ALTERNATIVA ''E'' REFERE-SE AOS DIREITOS AO ADOLESCENTE EMPREGADO, APRENDIZ, EM REGIME FAMILIAR DE TRABALHO, ALUNO DE ESCOLA TÉCNICA, ASSISTIDO EM ´ ENTIDADE GOVERNAMENTAL OU NÃO-GOVERNAMENTAL, OU SEJA, CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL ADEQUADA AO MERCADO DE TRABALHO NÃO É VEDADO.
TORNANDO A ALTERNATIVA E A CORRETA NO GABARITO.

## CARGOS: NÍVEL MÉDIO

### MATÉRIA: FISCAL DE TRIBUTOS

**QUESTÃO: 21**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A Alternativa "C" está correta quando afirma que "os Municípios constituem entidades estatais de terceiro grau, segundo o sistema federativo brasileiro;"
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 16ª Edição, atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva. Malheiros Editores, São Paulo-SP, 2008.

**QUESTÃO: 23**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Conforme a letra da lei da CF88 em seu Art. 145, § 2º "As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos." Dessa forma, a afirmativa II é verdadeira. Alternativa correta: "E" (V – V – F – F), de acordo com o Gabarito.

**QUESTÃO: 25**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
As afirmações II e IV são as únicas que apresentam informações totalmente corretas. Alternativa correta: "B", conforme Gabarito.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 16ª Edição, atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva. Malheiros Editores, São Paulo-SP, 2008.

**QUESTÃO: 27**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Conforme o Código Tributário Nacional em seus Artigos 119 a 122, somente as afirmações I e II são verdadeiras. Alternativa correta: "A" (V – V – F – F), de acordo com o Gabarito.
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL : Lei nº 5.172/1966. – 5. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2024. 69 p.

**QUESTÃO: 30**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Conforme a Lei Municipal Complementar Nº 02/2022, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Mauriti/CE, somente a afirmativa III é verdadeira. Alternativa correta: "C", conforme Gabarito.

**QUESTÃO: 35**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Segundo a 11ª Edição Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2024):

No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços a serem gerados por esses ativos, **não para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa**.
Aspecto **Orçamentário** (e não o Aspecto Fiscal) compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, tanto quanto a sua aprovação quanto a sua execução.
Dessa forma, somente as afirmativas III e IV são verdadeiras. Alternativa correta: "A", conforme Gabarito.

**QUESTÃO: 37**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Segundo o Ministério do Planejamento e Orçamento:
O principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal é o Plano Plurianual (PPA). Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando as despesas de capital (como, por exemplo, os investimentos) e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada.
Alternativa incorreta: "A", conforme Gabarito.
https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual

**QUESTÃO: 39**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Os aspectos legais da gestão fiscal **(incluso no Conteúdo Programático)** no Brasil são regidos primariamente pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
Alternativa correta: "B", conforme Gabarito.

## CARGOS: NÍVEL MÉDIO
## MATÉRIA: VIGILANTE AMBIENTAL

**QUESTÃO: 24**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa E está incorreta. O trecho "O terraceamento é uma prática utilizada em áreas planas para aumentar o escoamento superficial da água" está equivocado. O terraceamento consiste na construção de terraços em intervalos dimensionados no sentido transversal ao declive, reduzindo a concentração e a velocidade da enxurrada (PIRES; SOUZA, 2013). Trata-se da construção de leiras de terra, chamadas terraços, que acompanham as curvas de nível do terreno e têm a função de barrar o escoamento superficial (TRIGUEIRO, 2019).

A questão solicita que o candidato assinale a alternativa incorreta e, portanto, a alternativa E.

PIRES, F. R.; SOUZA, C. M. Práticas mecânicas de conservação do solo e da água. 3. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2013. 216 p.

RIGUEIRO, R. M. Ciência do Solo: Física e Conservação do Solo e Água. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019. 192 p.

**QUESTÃO: 31**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa E permanece como gabarito, pois não corresponde a um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) segundo o art. 9º da Lei nº 6.938/1981, que estabelece taxativamente os instrumentos da política ambiental. Entre esses instrumentos não consta a criação de reservas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental ou áreas de relevante interesse ecológico. Essas categorias pertencem ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), previsto na Lei nº 9.985/2000, e não compõem o rol de instrumentos da PNMA. Já a alternativa C, por outro lado, aparece expressamente no art. 9º, IV, da PNMA como instrumento ("o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras"), razão pela qual não pode ser considerada incorreta.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 02 set. 1981.

**QUESTÃO: 38**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A manutenção do gabarito na alternativa B é correta porque, conforme a Lei Estadual nº 14.344/2009, que institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SIEMA), a Secretaria do Meio Ambiente do Ceará – SEMA é expressamente definida como órgão central do sistema, e não como órgão secundário. Assim, ao classificar a SEMA como "órgão secundário", a alternativa B contraria diretamente o texto legal, caracterizando-a como incorreta em conformidade com a estrutura formal do SIEMA prevista na legislação estadual.

CEARÁ. Lei nº 14.344, de 14 de julho de 2009. Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual do Meio Ambiente – SIEMA e dá outras providências. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2009. Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/. Acesso em: 05 dez. 2025.

## CARGOS: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO
## MATÉRIA: PORTUGUÊS

**QUESTÃO: 01**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE.**
Não há no texto nenhum elemento que justifique a alternativa III – quando ele fala, ela compreende como uma brincadeira e o manda parar, depois o manda ir comprar pão e café, fato que ele não contestou. Os fragmentos: *A mulher pelejava por acender o fósforo úmido, não conseguiu, riscou outro palito e o palito falhou e experimentou um terceiro enquanto lhe gritava que chegasse dessa brincadeira besta, já não bastavam as crianças que hoje estavam impossíveis e também ele agora atormentando, heim?!* [...] *como se não bastassem as gracinhas do filho e também ele com as brincadeiras debilóides, um pouco velho para brincar assim, não?* Os fragmentos transcritos deixam claro que ela não compreendeu o que ele estava falando e considera a sua fala como brincadeira debiloide. Não há qualquer informação de fingimento e sabedoria dela (elementos que poderiam ser sugeridos por algum gesto de susto, recobrar o equilíbrio...). O final do texto deixa isso claro: *O homem pegou o Júnior pela mão, foi buscar o pó de café, os pãezinhos, os fósforos e não brincou mais.*

**QUESTÃO: 02**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE.**
Observe os fragmentos:
*Esperando uma oportunidade melhor e faltava coragem, esmorecia, quem sabe da próxima semana, depois do aniversário de Afonsinho?*(nome do filho)
*Espera, agora a Georgeana pegou sarampo, deixa ela ficar boa e então.* (uma filha)
*... como se não bastassem as gracinhas do filho e também ele com as brincadeiras debilóides* (indica que não há outro filho homem)
*O homem pegou o Júnior pela mão, foi buscar o pó de café, os pãezinhos, os fósforos e não brincou mais.* (Afonso Júnior)
Tais referências esclarece a existência de dois filhos: Georgeana e Afonsinho, sendo este último, o nome do pai – letra B.
A letra A não é verdadeira porque não existe no texto nenhuma crítica social. É uma narrativa de uma família e o conflito apresentado é de natureza individual, que pode envolver questões morais.
A letra C se encontra em dissonância porque não apresenta desenlace, apenas uma situação cômoda para encerrar a narrativa. A D mostra, pela referência do texto que ele não insistiu para fazer a mulher compreender que estava falando a verdade. A E não encontra qualquer respaldo no texto.

**QUESTÃO: 03**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE.**
De todas as proposições apresentadas, apenas a letra **(a)** é preenchida com **A,** em todas as demais é **HÁ.**
**B –** existem
**C** – Existem
**D** – tempo passado
**E** – existem

**QUESTÃO: 04**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE.**
A palavra **você** está acentuada por ser **oxítona terminada em A, E, O e EM acrescida ou não em S.**
**Todas as alternativas apresentam monossílabos tônicos, exceto está,** que recebe acento pela mesma regra de você. A questão solicita que marque a opção que apresente a mesma regra de acentuação.

**QUESTÃO: 05**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE.**
**AVASSALADORA;** Sinônimo - incluem palavras como arrasadora, devastadora, dominadora, esmagadora, irresistível, opressora, subjugadora e arrebatadora, referindo-se a algo ou alguém que domina, destrói ou exerce grande poder e força, seja no sentido literal ou figurado (como um amor ou sentimento).
No sentido de Destruição/Força Bruta: arrasadora, devastadora, destruidora, **aniquiladora**, assoladora.
Exemplos de Uso:
"Uma tempestade avassaladora" (devastadora, arrasadora).
"Uma paixão avassaladora" (irresistível, aniquiladora).
"Uma força avassaladora" (dominadora, esmagadora).

**QUESTÃO: 06**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 07**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE.**
A palavra **AGIOTA** está grafada com **J**

**QUESTÃO: 08**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 09**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE.**
A expressão "Que teatrinho" pode significar dimensões físicas, afeição ou carinho e ironia ou desdém. O diminutivo "teatrinho" expressa um teatro pequeno (literal), mas, mais comumente, um sentido de ironia, desprezo, ou até carinho/afeto dependendo do contexto (menos comum por se referir a teatro), podendo indicar um teatro amador, de pouco valor, ou um passatempo de criança.
Afonsinho é o diminutivo formal e afetivo do nome Afonso. É comumente usado como apelido carinhoso para meninos (pequenos) ou homens quando se tem familiaridade.

**QUESTÃO: 10**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

## CARGOS: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO
## MATÉRIA: CONHECIMENTOS GERAIS

**QUESTÃO: 11**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O(a) candidato(a) argumenta que os três elementos essenciais à existência jurídica de um Estado, segundo a teoria do Direito Internacional e do Direito Constitucional, seriam: Povo, Território e Governo. A partir dessa premissa, afirma que nenhuma alternativa da questão refletiria corretamente tais elementos. Porém, a argumentação do(a) candidato(a) parte de uma leitura incompleta da teoria do Estado e não corresponde ao que a questão efetivamente pergunta, razão pela qual não há fundamento para anulação. A questão não pergunta: "Quais são os três elementos clássicos do Estado segundo a doutrina geral?" O enunciado contextualiza o preâmbulo da Constituição de 1988 e afirma: "[…] há uma introdução do que foi estabelecido enquanto base estrutural para o estado nacional brasileiro, determinando princípios como soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana. Para que um Estado exista juridicamente, é necessário que três elementos estejam presentes, permitindo a organização política, social e administrativa." E, em seguida, pede que seja marcada A ALTERNATIVA que considera a essencialidade na qual o estado nacional brasileiro se fundamenta. Ou seja, a pergunta é específica: refere-se ao fundamento jurídico-político do Estado brasileiro, não aos elementos clássicos do Estado na teoria geral. Logo, o(a) candidato(a) se equivoca ao afirmar que a questão pede exclusivamente "povo, território e governo". A questão pede a essencialidade conforme o Estado brasileiro, e não conforme a teoria clássica geral. A Constituição de 1988 é explícita: Art. 1º – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político. E, entre esses, o que responde objetivamente à pergunta da questão é: Soberania: a soberania é justamente o elemento que, do ponto de vista constitucional brasileiro, garante a existência do Estado no plano jurídico e internacional. Sendo assim, para o Estado brasileiro, a tríade essencial é: Povo, Território e Soberania. Esses elementos garantem a existência e o reconhecimento jurídico do Estado brasileiro como unidade política internacionalmente válida. Eles aparecem tanto na Constituição quanto na doutrina brasileira de Direito Constitucional. Portanto, a única alternativa correta é a letra D) Povo, Território e Soberania. Essa alternativa é a única que mantém dois dos três elementos clássicos do Estado (povo e território). Substitui "governo" por "soberania", o que está em conformidade com o fundamento

constitucional do Estado brasileiro (art. 1º, I). Responde ao enunciado, que não pergunta sobre a teoria geral, mas sobre a essencialidade na qual o estado nacional brasileiro se fundamenta, isto é, conforme o texto constitucional.

**QUESTÃO: 12**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Os recursos apresentados sustentam que o erro ortográfico presente no enunciado da grafia "em bisca" em vez de "em busca" teria comprometido a interpretação da questão, tornando-a duvidosa ou induzindo a erro. Após análise, conclui-se que o erro ortográfico não comprometeu o entendimento global do enunciado nem prejudicou a identificação da alternativa correta, razão pela qual não há fundamento para anulação da questão. Sobre o erro ortográfico: Apesar da grafia equivocada, a palavra aparece em um contexto sintático e semântico plenamente reconhecível: "(…) em bisca da soberania, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e do pluralismo político". Mesmo com o erro gráfico, o termo "bisca" não forma outra palavra existente na língua portuguesa que produza sentido diverso. O(a) candidato(a), pela leitura contextual, identifica claramente que o enunciado se refere à expressão "em busca" utilizada amplamente em textos oficiais e em redações sobre princípios constitucionais.
Portanto, trata-se de erro material, mas não de erro capaz de alterar o sentido, induzir a múltiplas interpretações ou impedir a compreensão da pergunta. A jurisprudência em concursos considera que erros materiais que não alteram o núcleo semântico não justificam anulação. A alternativa B é a única resposta correta, haja vista que o enunciado descreve um conjunto específico de elementos da Constituição Federal: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político. Esses não são direitos civis, não são competências administrativas, não são funções essenciais à Justiça e tampouco são atribuições do Poder Executivo. Eles compõem, exatamente, o que o Título I da Constituição Federal de 1988 denomina "Princípios Fundamentais", especificamente o art. 1º, incisos I a V. Apesar do erro material de digitação ("em bisca"), o enunciado preserva seu sentido essencial e permite ao candidato(a) identificar sem dúvida que se trata dos Princípios Fundamentais da República, previstos no art. 1º da Constituição Federal. Assim, conclui-se que: não há prejuízo interpretativo; não há ambiguidade; não há duas alternativas possíveis; não há motivo para anulação da questão.

**QUESTÃO: 17**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Análise da alegação: "o presidencialismo não é regime, mas sistema de governo; logo, a questão deve ser anulada". O(a) candidato(a) afirma que a questão deveria ser anulada porque o comando solicita o "regime político" decorrente da Proclamação da República, mas a alternativa correta (E) menciona o presidencialismo, que seria apenas um "sistema de governo" e não um "regime". Embora a distinção feita pelo(a) candidato(a) exista na literatura especializada, sua aplicação neste caso é equivocada e não compromete a validade da questão, pelas considerações seguintes: o comando da questão NÃO exige que a resposta seja exclusivamente um "regime". O enunciado diz: "Marque a alternativa que apresenta o regime político ou uma consequência decorrente da Proclamação da República na atualidade." Ou seja: a questão admite duas categorias possíveis de resposta: (1) um regime OU (2) uma consequência da Proclamação da República. Portanto, mesmo que se aceite a distinção técnica entre "regime" e "sistema de governo", a alternativa correta continua plenamente válida porque a adoção do presidencialismo é: uma consequência direta e estrutural da Proclamação da República. Desse modo, não é necessário que a resposta seja estritamente um regime político. A questão foi redigida de forma ampla, prevendo ambas as possibilidades ("regime OU consequência"). E essa amplitude está relacionada ao nível mais complexo de questões voltadas para aplicação em certames, a proposição deve, em alguns momentos, trazer ambiguidades para mensurar a capacidade técnica do(a) candidato(a). Não há vício. Após 15 de novembro de 1889, o Brasil rompeu com o regime monárquico; adotou o republicanismo; estruturou seu governo no modelo presidencialista,

inspirado nos Estados Unidos; estabeleceu o chefe de Estado e chefe de governo como a mesma figura: o Presidente da República. Portanto, o presidencialismo é sim decorrência direta e imediata da República, tornando a alternativa E plenamente correta e adequada ao comando.

## CARGOS: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO

## MATÉRIA: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

**QUESTÃO: 21**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
Art. 108, V. § 5º A cassação consiste na perda do direito ao exercício da Enfermagem por um período de até 30 anos e será divulgada nas publicações do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem e em jornais de grande circulação.

Art. 111 § 1º São consideradas infrações leves as que ofendam a integridade física, mental ou moral de qualquer pessoa, sem causar debilidade ou aquelas que venham a difamar organizações da categoria ou instituições ou ainda que causem danos patrimoniais ou financeiros.

Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/

**QUESTÃO: 22**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
GABARITO MANTIDO

"O princípio da justiça relaciona-se à distribuição coerente e adequada de deveres e benefícios sociais."
KOERICH, M. S.; MACHADO, R. R.; COSTA, E.. Ética e bioética: para dar início à reflexão. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 14, n. 1, p. 106–110, jan. 2005.

**QUESTÃO: 24**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
GABARITO MANTIDO

O Gabarito preliminar indica o item "B".

**QUESTÃO: 26**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
GABARITO MANTIDO

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030. [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

**QUESTÃO: 37**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
GABARITO MANTIDO

O Gabarito preliminar indica o item "A".

**QUESTÃO: 38**

**RESULTADO:** **RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO:** **40**
**RESULTADO:** **RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

## CARGOS: NÍVEL MÉDIO TÉCNICO

### MATÉRIA: TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

**QUESTÃO:** **26**
**RESULTADO:** **RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
A questão esta realmente duplicada e uma deve ser anulada.

**QUESTÃO:** **28**
**RESULTADO:** **RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
A questão esta realmente duplicada e uma deve ser anulada.

**QUESTÃO:** **30**
**RESULTADO:** **RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão 26 sendo anulada esta segue valendo.

**QUESTÃO:** **31**
**RESULTADO:** **RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão 28 sendo anulada esta segue valendo.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR (MANHÃ)

### MATÉRIA: PORTUGUÊS

**QUESTÃO:** **01**
**RESULTADO:** **RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão apresenta as seguintes afirmações:
I. Os quatro parágrafos iniciais começam com o mesmo vocábulo, tal recurso é bastante utilizado no âmbito da literatura, mas, em se tratando de uma crônica, conota pobreza no repertório linguístico. **Informação falsa,** tal repetição é recurso estilístico que serve para dá ênfase.
II. As paisagens existentes "na janela" sugerem as várias perspectivas do expectador e dependem, entre outros fatores, da passagem do tempo da voz narrativa. **Afirmação verdadeira.** O tempo é um dos elementos que também permite modificar o olhar, além da mudança de paisagem que pressupõe mudança de lugar.
III. Expectativa e espectativa se misturam em profusão de beleza e poesia, realidade e fantasia ao demonstrar que a realidade é filtro de uma cosmovisão singular. **Afirmação verdadeira.** Criar esperança e ver (espectar) refletem a diferença própria de um ponto de vista que encontra *pequenas felicidades certas, que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim*
IV. Tempo e espaço se transformam, desejos e realizações mudam de direção, mas a capacidade de absorver referências exteriores com sororidade permanece inalterada. – **está errada**. A palavra **sororidade** não se adequa as ideias expostas no texto.
V. O texto mostra a disparidade existente entre olhar e ver, enquanto aquele requer esforço deliberado de focar, este é a capacidade de captar imagem com os olhos. **Está correta.** O termo grifado na explicação do item III explica bem essa afirmação.

**QUESTÃO: 02**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Uma leitura do fragmento que compõe o termo utilizado na questão é suficiente para entender a resposta correta. Embora a palavra peripécia possa assumir várias conotações, quando a voz narrativa diz não entenderia o que era falado exclui as opções A, B, C. E. Veja a que nos referimos:
*Eu não podia ouvir, da altura da janela; e mesmo que a ouvisse, não a entenderia, porque isso foi muito longe, num idioma difícil. Mas as crianças tinham tal expressão no rosto, a às vezes faziam com as mãos arabescos tão compreensíveis, que eu participava do auditório, imaginava os assuntos e suas* (aventuras) *peripécias e me sentia completamente feliz.*

**QUESTÃO: 03**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
**03.** *Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas, que estão diante de cada janela...* **Tal excerto pode ser compreendido como**:
**A.** Ser feliz é observar a realização de seus desejos e busca do prazer. O termo sublinhado invalida essa afirmação.
**B.** A felicidade é alcançada no equilíbrio encontrado no meio-termo e na realização plena das capacidades humanas. . O termo sublinhado invalida essa afirmação.
**C.** A felicidade é adaptar-se àquilo que não se pode mudar através do desenvolvimento da razão. Os termos sublinhados invalidam essa afirmação
**D.** Felicidade é a sensação de bem estar que vem com a compreensão racional e coerente do mundo. O termo sublinhado invalida essa afirmação
**E.** Felicidade é permitir-se novas oportunidades, é abrir-se ao novo, coragem de sair do controle rígido e do medo. Mesmo com a mudança de paisagens na janela, do tempo vivido e da mudança de espaço, a voz narrativa aventura-se em encontrar felicidade, como no fragmento a seguir:
*Era uma época de estiagem, de terra esfarelada, e o jardim parecia morto. Mas todas as manhãs vinha um pobre homem com um balde e em silêncio, ia atirando com a mão umas gotas de água sobre as plantas. Não era uma rega: era uma espécie de aspersão ritual, para que o jardim não morresse. E eu olhava para as plantas, para o homem, para as gotas de água que caíam de seus dedos magros e meu coração ficava completamente feliz.*

**QUESTÃO: 04**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
*Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas, que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim.*
**04. Dadas as proposições a seguir, marque a que não corresponde às ideias do texto.**
**A.** Imaginar mundos possíveis e associar expectativas à realidade são atitudes relevantes para o bem estar humano. O termo *Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas* validam essa afirmação.
**B.** A adversativa do último parágrafo mostra um desfecho em desacordo com as ideias defendidas do texto. **Está incorreta.** O termo "mas" do último parágrafo não introduz desacordo, e sim apenas contrapõe percepções de terceiros à percepção da narradora para enfatizar o já afirmado ao longo do texto..
**C.** Manifestar leveza e divertimento ultrapassa todos os limites da capacidade racional do indivíduo. A felicidade, enquanto leveza e divertimento, manifesta-se no texto pela imaginação e pela ilusão. **Afirmação correta**.
**D.** Para ser completamente feliz é necessário ultrapassar os estímulos sensoriais. São informações que os sentidos captam do ambiente, como luzes, sons, cheiros, sabores e texturas. Além dos cinco sentidos clássicos, os sistemas vestibular (equilíbrio e movimento) e proprioceptivo (consciência da posição do corpo) também compõem tais estímulos. A explicação da alternativa C também corrobora com tal afirmativa.

**E.** O termo "finalmente" elucida o que poderia denotar dúvida e/ou incredulidade. **Está correta.** Há uma exposição de possibilidades que são elucidadas com o que vem depois de tal termo.

**QUESTÃO: 05**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
É importante que você aprenda a olhar pela janela**.**
**É –** verbo de ligação **Importante –** predicativo do sujeito. – oração principal
que você aprenda a olhar pela janela**. – oração subordinada substantiva subjetiva** que se encontra no lugar do sujeito da oração principal.

**QUESTÃO: 06**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Na expressão à sombra ocorre o uso do acento grave **porque é uma locução adverbial feminina de lugar**. Dadas as propositivas:
**A.** O barco carregado de flores foi à cidade mais próxima. – regência do verbo ir com a preposição A + o artigo A referente à cidade.
**B.** O barco dirigiu-se à direita antes de parar. - A crase em "à direita" ocorre porque é **uma locução adverbial feminina de lugar**. **Opção correta**
**C.** Às 14 horas, abri minha janela.- a crase é obrigatória porque indica um horário exato
**D.** Ele olha à Cecília Meireles. Subentende-se à moda de...
**E.** Algumas pessoas se referem à maneira de olhar pela janela. Regência do verbo referem com a preposição A + o artigo A referente à maneira.

**QUESTÃO: 07**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
**Há** (01) muito tempo eu não vi **a** (02) paisagem da minha janela. **A** (03) última vez que **a** (04) abri, foi para assistir **à** (05) manifestação política **a** ( 06)duas quadras daqui.
01 - Há (com H e acento) indica tempo passado e é sinônimo de faz.
02 – utilização apenas do artigo A. O verbo Ver é transitivo direto.
03- utilização apenas do artigo A.
04 – pronome pessoal oblíquo A que funciona como objeto direto do verbo abrir.
05 – contração da preposição A exigida pela regência do verbo assistir (sentido de ver/presenciar) + o artigo A referente à manifestação.
06 – gramaticalmente correta porque o a (preposição) é para indicar distância.

**QUESTÃO: 08**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão solicita que marque a opção que completa corretamente as lacunas:

Acordei mais cedo, levei uma roupa para o **conserto**. Nesta tarde, assistirei ao **concerto** de sanfonas. Quando o trabalho foi concluído, perguntei o valor, a costureira disse para não me preocupar, não havia feito nada **de mais**. Fiquei feliz **demais**.
**Conserto** – ato de reparar, arrumar;
**concerto** - apresentação musical, show.
**de mais** – locução adjetiva, indica quantidade.
**demais** – advérbio de intensidade, igual a muito.

**QUESTÃO: 09**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

*Em que jarra, em que sala, diante de quem brilhariam, na sua breve existência?* Marque a opção em que a palavra destacada recebe acento pela mesma regra: A palavra existência é paroxítona terminada em ditongo crescente. Semivogal **i** + vogal **a.**
Jóqueis é paroxítona terminada em ditongo crescente
órfãos. é paroxítona terminada em ditongo crescente nasal.
Fênix é paroxítona terminada em X
Ruíram – hiato tônico
água. é paroxítona terminada em ditongo crescente. Semivogal **u** + vogal **a. Opção correta. Letra B**

**QUESTÃO: 10**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
**A questão diz: Completa corretamente as lacunas a seguir:**
Já ___ algum tempo, eu ainda era criança e lembro que ___ neste local muitas árvores e flores. Hoje, só ___ aglomerados de cimento.
**C.** faz ´tempo decorrido
Havia - sentido de existir é impessoal,
Existem – o verbo concorda em número com o sujeito aglomerados.

**CARGOS: NÍVEL SUPERIOR (MANHÃ)**
**MATÉRIA: CONHECIMENTOS GERAIS**

**QUESTÃO: 13**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
IMPROCEDENTE. Sabatinar e votar a indicação do Procurador Geral da República é, conforme amplamente conhecido, uma atribuição exclusiva do Senado Federal. Quanto aos demais itens, não são atribuições do Senado Federal. Ademais, não é atribuição do Senado eleger o conjunto do Conselho da República pois este é composto, entre outros membros, pelo(a) Presidente(a) da República. O Senado participa apenas da eleição de dois membros do Conselho, mas não pelo seu conjunto. Assim, não existe ambiguidade ou possibilidade de duplicidade de respostas e o recurso não deve prosperar.

**QUESTÃO: 16**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O Plano de Paz proposto não encerrou formalmente a guerra, mas apenas garantiu um cessar fogo. No que se refere à fonte, reportagens podem ser utilizadas como texto de apoio para ajudar o(a) candidato(a) construir o seu pensamento sobre o que está sendo demandado. Quando analisados em seu conjunto, portanto, não é possível verificar ambiguidades nos itens, sendo pacífico que o Plano de Paz prevê a criação de um conselho de paz e de uma autoridade de transição, conforme amplamente divulgado, não restando dúvidas quanto ao item correto.

**CARGOS: NÍVEL SUPERIOR (MANHÃ)**
**MATÉRIA: RACIOCÍNIO LÓGICO**

**QUESTÃO: 21**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O edital do certame, ao descrever o conteúdo programático de Raciocínio Lógico, contempla, além de tópicos de lógica formal, os itens "Princípio fundamental da contagem e probabilidade", "Conjuntos" e, de forma expressa, "Problemas envolvendo raciocínio lógico".
A Questão 21 apresenta um problema contextualizado com datas/número de dias, em que o candidato deve interpretar corretamente o enunciado e organizar um raciocínio para determinar a quantidade solicitada. Embora haja uma etapa de cálculo numérico, o núcleo da questão é a compreensão lógica

da situação e o encadeamento correto dos passos, enquadrando-se no tópico "Problemas envolvendo raciocínio lógico" previsto no edital.
Assim, não há cobrança de conteúdo estranho ao programa nem afronta ao princípio da vinculação ao edital. O recurso é, portanto, improcedente, devendo a Questão 21 ser mantida com o gabarito oficial.

**QUESTÃO: 22**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A Questão 22 aborda um problema clássico de Raciocínio Lógico em contexto numérico, no qual o candidato deve, a partir das informações fornecidas, deduzir os algarismos representados pelos símbolos de modo que a multiplicação apresentada seja correta. Trata-se de um problema envolvendo raciocínio lógico, expressamente previsto no conteúdo programático de Raciocínio Lógico do edital, no item "Problemas envolvendo raciocínio lógico", além de se relacionar com as noções de estruturas lógicas e dedução.
A utilização de operações de multiplicação nesse contexto não descaracteriza a natureza lógica da questão, pois não é exigido conhecimento de Matemática além de aritmética elementar (tabuada) e raciocínio dedutivo, perfeitamente compatíveis com o programa da disciplina. Assim, não há cobrança de conteúdo estranho ao edital, tampouco violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
Diante disso, conclui-se que a questão está adequada ao conteúdo programático e o recurso é improcedente, razão pela qual se mantém a Questão 22 e o respectivo gabarito.

**QUESTÃO: 23**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Na Questão 23, a afirmação original possui a forma de uma implicação cujo antecedente é uma conjunção "o professor tem mestrado e dá aula na pós-graduação". Em Lógica Proposicional, uma implicação $p \rightarrow q$ é falsa apenas no caso em que p é verdadeira e q é falsa, o que, em notação simbólica, corresponde a $p \wedge \neg q$. Assim, dizer que a proposição do enunciado é verdadeira equivale a negar a situação em que o professor tem mestrado, dá aula na pós-graduação e não está escrevendo artigo. Essa situação é precisamente a descrita na alternativa D.
A alternativa C, por sua vez, representa apenas a negação do antecedente ("não tem mestrado ou não dá aula na pós-graduação"), isto é, $\neg(p \wedge q)$, e não o caso em que o antecedente é verdadeiro e o consequente é falso. Logo, não corresponde à negação relevante para a análise da implicação apresentada no enunciado.
Dessa forma, apenas a alternativa D é correta, não havendo mais de uma resposta adequada. O recurso é, portanto, improcedente e a Questão 23 deve ser mantida com o gabarito oficial.

**QUESTÃO: 24**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A Questão 24 apresenta um problema contextualizado em uma competição de programação, no qual o candidato deve determinar qual fração do aplicativo ainda falta ser concluída, a partir de informações proporcionais sobre o trabalho realizado por duas equipes. A resolução exige a interpretação correta do enunciado e o uso de raciocínio proporcional envolvendo frações e porcentagens elementares.
Esse tipo de exercício enquadra-se no conteúdo programático de Raciocínio Lógico previsto no edital, em especial nos itens *"Princípio fundamental da contagem e probabilidade"* e *"Problemas envolvendo raciocínio lógico"*, que pressupõem o manuseio de frações, porcentagens e partes de um todo como ferramentas básicas. Não se trata de conteúdo estranho ao edital, mas de aplicação de conhecimentos matemáticos elementares em um problema de raciocínio lógico quantitativo.

Além disso, na interpretação matemática usual e adequada a esse tipo de exercício, as frações mencionadas referem-se ao todo do aplicativo e representam partes efetivamente concluídas, que se somam para determinar a fração já pronta. Não há qualquer indicação, no texto, de retrabalho, sobreposição de funcionalidades ou duplicidade de esforços que impeça essa soma. Introduzir essa hipótese implicaria afastar-se do modelo matemático padrão e tornaria inviável a resolução de grande parte dos problemas de porcentagem e frações usados em avaliações.
Assim, não há afronta ao princípio da legalidade nem à vinculação ao instrumento convocatório. A questão está adequada ao programa de Raciocínio Lógico e possui única alternativa correta, razão pela qual o recurso é improcedente e a Questão 24 deve ser mantida.

**QUESTÃO: 25**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O edital do certame, ao descrever o conteúdo programático de Raciocínio Lógico, inclui expressamente o tópico "Princípio fundamental da contagem e probabilidade", além de "Problemas envolvendo raciocínio lógico". A Questão 25 aborda justamente um problema de probabilidade de eventos (independentes), exigindo apenas o uso de conceitos elementares dessa área, em conformidade com o conteúdo previsto.
Dessa forma, não há extrapolação do programa nem cobrança de matéria alheia ao edital. Pelo contrário, a questão se insere diretamente no tópico de probabilidade previsto em Raciocínio Lógico. Assim, o recurso é improcedente e a Questão 25 deve ser mantida, juntamente com o gabarito oficial.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR
## MATÉRIA: ODONTÓLOGO

**QUESTÃO: 26**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
KDIGO. (2012). KDIGO Clinical Practice Guideline for the Evaluation and Management of Chronic Kidney Disease. Kidney International Supplements, 3(1), 1-150.
Munar, M. Y., & Singh, H. (2007). Drug Dosing Adjustments in Patients with Chronic Kidney Disease. American Family Physician, 75(10), 1487-1496.
Lockhart, P. B., et al. (2008). Evidence-based clinical recommendations for antibiotic prophylaxis for dental procedures. Journal of the American Dental Association, 139, 23S-28S.

**QUESTÃO: 27**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Amaral COF, Nascimento FM, Pereira FD, Pariz AGS, Straioto FG, Amaral MSP. Bases para interpretação de exames laboratoriais na prática odontológica. Unopar Cient Cienc Biol Saude. 2014;16(3):229-37.

**QUESTÃO: 28**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Brasil. Ministério da Saúde. Manual de atendimento odontológico a pacientes com coagulopatias hereditárias. Brasília: Ministério da Saúde; 2019. 54 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_atendimento_odontologico_pacientes_coagulopatias.pdf

**QUESTÃO: 29**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Simons, F. E. R., et al. (2011). World Allergy Organization Guidelines for the Assessment and Management of Anaphylaxis. World Allergy Organization Journal, 4(2), 13-37.

Malamed, S. F. (2022). Medical Emergencies in the Dental Office (8th ed.). Elsevier.

**QUESTÃO: 30**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
ADA Council on Scientific Affairs. (2012). The use of dental radiographs: update and recommendations. Journal of the American Dental Association, 142(9), 1013-1015.
White, S. C., & Pharoah, M. J. (2018). Oral Radiology: Principles and Interpretation (8th ed.). Elsevier.

**QUESTÃO: 31**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Silva Pinto PA, Zamberlan Rausch F. Complicações em anestesia local: quais são? E qual a perspectiva para o futuro? Revisão de literatura. Estud Avancados Saude Nat. 2021;1.

**QUESTÃO: 32**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Nutescu, E. A., Shapiro, N. L., Ibrahim, S., & West, P. (2006). Warfarin and its interactions with foods, herbs and other dietary supplements. American Journal of Health-System Pharmacy, 63(15), 1460-1468. ou mais especificamente: Holbrook, A. M., et al. (2005). Systematic overview of warfarin and its drug and food interactions. Archives of Internal Medicine, 165(10), 1095-1106.
García Rodríguez, L. A., Lin, K. J., Hernández-Díaz, S., & Johansson, S. (2011). Risk of upper gastrointestinal bleeding with low-dose acetylsalicylic acid alone and in combination with clopidogrel and other medications. Circulation, 123(10), 1108-1115. e American College of Chest Physicians (ACCP) Evidence-Based Clinical Practice Guidelines (9th Ed.) - Antithrombotic Therapy and Prevention of Thrombosis.
Flynn, T. R. (2012). What are the antibiotics of choice for odontogenic infections, and how long should the treatment course last? Oral and Maxillofacial Surgery Clinics of North America, 24(2), 175-182. ou as diretrizes da American Dental Association (ADA) Council on Scientific Affairs.
Figueiredo, L. M., et al. (2015). Protocolo de atendimento odontológico a pacientes em uso de anticoagulantes orais. Revista da ABENO, 15(2), 45-51.

**QUESTÃO: 33**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Simmons, K. B., Haddad, L. B., Nanda, K., & Curtis, K. M. (2018). Drug interactions between non-rifamycin antibiotics and hormonal contraception: a systematic review. American Journal of Obstetrics and Gynecology, 218(1), 88-97.e14.

**QUESTÃO: 35**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
White, S C, Pharoah M J Radiologia oral: Principios e Interpretação. 7ed St Louis Mosby 2015.
Alvares L C Manuais de Interpretação Radiografica em Odontologia. Bauru, EDUSC 2010

**QUESTÃO: 36**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Reis A, Loguercio AD. Odontologia baseada em evidências: materiais dentários. São Paulo: Santos; 2018. p. 145-6.

**QUESTÃO: 37**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Brasil. Ministério da Saúde. Cartilha saúde bucal da gestante. Brasília: Ministério da Saúde; 2022. p. 11.

**QUESTÃO: 38**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Oliveira AEF, Haddad AE, organizadores. Odontologia para pacientes com comprometimento sistêmico. São Luís: EDUFMA; 2018.

**QUESTÃO: 39**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Newman MG, Takei HH, Klokkevold PR, Carranza FA. Periodontia clínica essencial. Warol F, tradutor. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2023. p. 67.

**QUESTÃO: 40**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Newman MG, Takei HH, Klokkevold PR, Carranza FA. Periodontia clínica essencial. Warol F, tradutor. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2023. p. 218.

**QUESTÃO: 41**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.444, de 28 de dezembro de 2000.
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 267, de 6 de março de 2001.
BISPO, M. S. et al. Saúde bucal coletiva. Porto Alegre: SAGAH, 2023. p. 255. ISBN 978-65-5690-371-2.

**QUESTÃO: 46**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO– IMPROCEDENTE**
Regezi JA, Sciubba JJ, Jordan RCK. Patologia oral: correlações clinicopatológicas. Tucci R, Santos D, tradutores. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2017.

**QUESTÃO: 50**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Lopes HP, Siqueira Jr JF. Endodontia: biologia e técnica. Vieira AR, colaborador. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2023.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR

## MATÉRIA: MÉDICO VETERINÁRIO

**QUESTÃO: 34**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
De acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 76, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018, **CAPÍTULO I, REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE LEITE CRU REFRIGERADO, Art. 3º** Na refrigeração do leite e no seu transporte até o estabelecimento devem ser observados os seguintes limites máximos de temperatura: I - **recebimento do leite no estabelecimento: 7,0° C (sete graus Celsius), admitindo-se, excepcionalmente, o recebimento até 9,0° C (nove graus Celsius).** Ressalta-se que objeto da questão é o que consta na própria Instrução Normativa nº 76/2018 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que versa sobre a identidade e as características de qualidade que devem apresentar o leite cru refrigerado.

**Referência:** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BR). (2018). Instrução normativa Nº 77, de 26 de novembro de 2018. Estabelece os critérios e procedimentos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru em estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial. Diário Oficial União.

Link: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52750137/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-76-de-26-de-novembro-de-2018-52749894IN%2076

**QUESTÃO: 38**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise, o recurso **NÃO** procede. A alternativa **A** é de fato correta. A alternativa **E**, entretanto, está **incorreta** no contexto da **MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS**. Embora o cozimento elimine as células viáveis de *Staphylococcus aureus*, **as enterotoxinas estafilocócicas pré-formadas podem ser termoestáveis**, permanecendo ativas mesmo após o tratamento térmico convencional. Portanto, o alimento continua oferecendo risco de intoxicação. Assim, a afirmação de que o microrganismo "perde totalmente sua toxigenicidade" é considerada incorreta no contexto de questões de **SEGURANÇA ALIMENTAR**, pois pode induzir à falsa conclusão de que o cozimento elimina o perigo associado ao patógeno, o que não é verdade. Dessa forma, **existe apenas uma alternativa correta na questão**, não havendo ambiguidade que justifique anulação.

**Referências:**

Tango, C. N., Hong, S. S., Wang, J., & Oh, D. H. (2015). Assessment of enterotoxin production and cross-contamination of Staphylococcus aureus between food processing materials and ready-to-eat cooked fish paste. Journal of Food Science, 80(12), M2911-M2916. https://doi.org/10.1111/1750-3841.13143

Necidová, L., Bursová, Š., Haruštiaková, D., Bogdanovičová, K., & Lačanin, I. (2019). Effect of heat treatment on activity of staphylococcal enterotoxins of type A, B, and C in milk. Journal of Dairy Science, 102(5), 3924-3932. https://doi.org/10.3168/jds.2018-15255

**QUESTÃO: 39**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
A contestação no recurso sobre a possibilidade de a seguinte resposta também estar incorreta "A) O esporo de C. *botulinum* é altamente resistente ao calor, sendo necessária esterilização comercial, (121 °C/15 min) para sua inativação." O recurso havia afirmado que: "O grupo II do *C. botulinum* possui esporos menos termorresistentes, inativados com temperaturas menores (80–90 °C)." Essa afirmação, apresenta certa coerência, de fato, na literatura é possível encontrar referências científicas e técnicas que temperaturas de 80–90 °C inativaram a toxina botulínica e certos esporos do grupo B, no entanto, ressalta-se que nem todos estudos garantem 100% de inativação completa dos esporos, mesmo daqueles pertencentes ao Grupo II. Os esporos do Grupo II são, de fato, menos termorresistentes que os do Grupo I, porém não existe consenso de que sejam todos totalmente eliminados de forma consistente apenas com o tratamento térmico entre 80–90 °C, especialmente quando se consideram diferentes matrizes alimentares e condições de processamento e ambiente. A literatura científica demonstra variação significativa na resistência térmica dos esporos de *C. botulinum* dependendo do tipo de alimento, do pH, da atividade de água, da presença de compostos protetores e das condições específicas de processamento. Diante dessas divergências bibliográficas e da possibilidade de dupla interpretação na alternativa apresentada, reconhece-se que a questão pode levar a ambiguidades na definição de uma única resposta incorreta como solicitado no enunciado. Assim, **defere-se o pedido de anulação da questão**.

**QUESTÃO: 46**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Recurso improcedente, de acordo com a Resolução CFMV Nº 1138, de 16 de Dezembro de 2016, todos os procedimentos descritos nas respostas A, B, D **e Lacaniana**, são procedimentos permitidos de serem realizados pelo Médico Veterinário.
No CAPÍTULO IV DO COMPORTAMENTO Art. 8º inciso XXII da Resolução CFMV Nº 1138 é bem claro que é vedado "realizar experiências com novos tratamentos clínicos ou cirúrgicos em paciente, cujo projeto de pesquisa não tenha sido submetido e aprovado por Comitê de Ética". Neste caso a letra C) é a resposta correta.
O recurso alega que a alternativa A estaria correta por descrever uma conduta vedada, porém isso é incorreto.
A Resolução CFMV nº 1.138/2016, em seu Art. 8º, inciso I, deixa explícito que é permitido ao médico-veterinário "prescrever medicamentos sem registro no órgão competente, salvo quando se tratar de manipulação". Portanto, a prescrição de medicamentos manipulados não é conduta vedada, sendo justamente a exceção prevista na norma; assim, o argumento do recurso não procede. O mesmo ocorre com a letra D, que afirma: "Receitar medicamentos após exame clínico completo do paciente". Essa conduta não é vedada; ao contrário, está de acordo com a boa prática profissional. A Resolução CFMV nº 1.138/2016, Art. 8º, inciso XV, estabelece como vedado "receitar sem prévio exame clínico do paciente", deixando claro que realizar o exame clínico antes da prescrição é a conduta correta. Portanto, a alternativa D não descreve uma infração e não pode ser considerada conduta vedada.

Recurso indeferido.

Referência: CFMV. Conselho Federal de Medicina Veterinária. Resolução CFMV Nº 1138, de 16 de Dezembro de 2016. Aprova o código de ética do médico veterinário, 2016. Disponível em: https://manual.cfmv.gov.br/arquivos/resolucao/1138.pdf

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR

## MATÉRIA: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

**QUESTÃO: 28**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa B está correta. Os esporos e o micélio de fungos são estruturas do patógeno capazes de causar infecção e, portanto, considerados o inóculo (MICHEREFF, 2001; AMORIM; REZENDE; BERGAMIN FILHO, 2018).

A alternativa C está incorreta. O trecho "A disseminação ativa é caracterizada pelo transporte a longas distâncias do patógeno por meio de órgãos de propagação do hospedeiro e pela ação do vento" está equivocado, pois tal conceito se refere, na realidade, à disseminação passiva (MICHEREFF, 2001; AMORIM; REZENDE; BERGAMIN FILHO, 2018).

A alternativa E está incorreta. A afirmação de que a penetração dos agentes fitopatogênicos no tecido vegetal ocorre apenas por meio de ferimentos no hospedeiro está equivocada. A penetração não ocorre exclusivamente por ferimentos; alguns patógenos são capazes de penetrar diretamente pela superfície intacta do hospedeiro ou ainda por aberturas naturais. (MICHEREFF, 2001; AMORIM; REZENDE; BERGAMIN FILHO, 2018).

AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. (org.). **Manual de Fitopatologia: Princípios e Conceitos**. 5. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 2018.

MICHEREFF, S. J. **Fundamentos de Fitopatologia.** Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Agronomia, Área de Fitossanidade, 2001. 150 p.

**QUESTÃO: 32**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa B está correta. O viveiro é o local onde as mudas são produzidas, dispostas de forma regular e abrigadas em ambiente favorável ao seu pleno desenvolvimento (GÓES, 2006). Entretanto, o enunciado da questão solicita que seja assinalada a alternativa incorreta ("Marque a alternativa incorreta a respeito desse processo") e, portanto, a alternativa correta é a C.

GÓES, Antônio Carlos Pereira. **Viveiro de mudas: construção, custos e legalização**. 2. ed. atual. e ampl. Macapá: Embrapa Amapá, 2006. 31 p. (Documentos, 64).

**QUESTÃO: 33**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa E está incorreta. O trecho "O armazenamento refrigerado, quando realizado de forma adequada, aumenta a vida útil e a taxa respiratória das frutas e hortaliças" está equivocado, pois o armazenamento refrigerado reduz a taxa respiratória (ROSA et al. 2018).

ROSA, C. I. L. F.; MORIBE, A. M.; YAMAMOTO, L. Y.; SPERANDIO, D. **Pós-colheita e comercialização.** In: BRANDÃO FILHO, J. U. T.; FREITAS, P. S. L.; BERIAN, L. O. S.; GOTO, R. (org.). Hortaliças-fruto. Maringá: EDUEM, 2018. p. 489-526.

**QUESTÃO: 34**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A única alternativa incorreta é a letra **E**, pois o empregador rural deve realizar **o levantamento preliminar** das situações de trabalho que demandam adaptação às características psicofisiológicas dos trabalhadores — e **não** somente a partir de um mês após a contratação, como indicado na alternativa E (BRASIL, 2020).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Norma Regulamentadora 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aqüicultura (NR-31)*. Portaria SEPRT n.º 22.677, de 22 de outubro de 2020; alterações posteriores.

**QUESTÃO: 35**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão solicita que o candidato assinale a alternativa correta a respeito de solos que sofreram um intenso processo de intemperização.

A alternativa A está incorreta. O trecho "São solos em estágio inicial de evolução pedogenética" está equivocado, pois solos que sofreram um intenso processo de intemperização apresentam elevado grau de evolução pedogenética (EMBRAPA, 2018).

A alternativa B está correta. São caracterizados pela presença de "minerais primários muito resistentes, como o quartzo" (BRADY; WEIL, 2013; HUAT; SEE SEW; ALI, 2004; RESENDE et al., 2014; SCHROEDER, 2017; TOLEDO, 2020).

A alternativa C está incorreta. O trecho "Os minerais que **não são** encontrados nesses solos são os óxidos de ferro e alumínio" está equivocado, pois, em solos que sofreram um intenso processo de intemperização, os óxidos de ferro e de alumínio permanecem presentes (BRADY; WEIL, 2013).
Portanto, a única alternativa correta é a alternativa B.

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 716 p.
EMBRAPA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 6. ed. Brasília: Embrapa, 2018.
RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S. B.; CORRÊA, G. F. **Pedologia: base para distinção de ambientes.** 6. ed. Lavras: UFLA, 2014.

HUAT, Bujang B. K.; SEE SEW, Gue; ALI, Faisal Hj. (eds.). **Tropical Residual Soils Engineering.** Leiden: A. A. Balkema Publishers; London/New York/Philadelphia/Singapore: Taylor & Francis Group, 2004.

SCHROEDER, D. **Solos: fatos e conceitos.** Traduzido por P. A. Gething e A. S. Lopes. Berna: International Potash Institute (IPI), 2017. 245 p.

TOLEDO, M. C. M. **Intemperismo e Pedogênese.** In: AMBIENTE NA TERRA – Geologia. 2020. p. 134–157.

**QUESTÃO: 37**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 38**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Entre as espécies apresentadas, apenas *Coffea arabica* é associada ao comportamento recalcitrante, pois suas sementes apresentam alta sensibilidade à dessecação e perda rápida de viabilidade quando o teor de água é reduzido. Trabalhos clássicos já a classificavam como recalcitrante, como Roberts (1973) e King e Roberts (1979). Evidências mais recentes reforçam essa interpretação: segundo Alixandre et al. (2024) e Costa el al. (2024), "a conservação de sementes do gênero *Coffea* apresenta limitações devido ao comportamento recalcitrante". Estudos de criopreservação também demonstram que diversas cultivares de *C. arabica* somente mantêm viabilidade em elevados teores de água, comportamento típico de sementes recalcitrantes (COELHO, 2017). Em contraste, *Zea mays*, *Vigna unguiculata*, *Triticum aestivum* e *Lens culinaris* possuem sementes ortodoxas, tolerantes à secagem e ao armazenamento prolongado. Assim, a única alternativa compatível com o conceito de recalcitrância é a letra **A –** *Coffea arabica*.

**ROBERTS, E. H.; KING, W. W.; ELLIS, R. H.** Recalcitrant seeds, their recognition and storage. In: HOLDEN, J. H. W.; WILLIAMS, J. T. (Ed.). *Crop genetic resources: conservation and evolution*. London: Allen and Unwin, 1984. p. 38-52.

**ROBERTS, E. H.** Predicting the storage life of seeds. *Seed Science and Technology*, Zurich, v. 1, n. 3, p. 499-514, 1973.

**ALIXANDREA, R. D. et al**. Physiological quality of seeds of arabic coffee cultivars stored for a period of two years. *Brazilian Journal of Biology*, v. 84, e285879, 2024.

**COSTA, M. C. et al.** Viabilidade das sementes de café após liofilização. In: XXXVII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFLA, Lavras, 2024. Anais [...]. Lavras: UFLA, 2024.

**COELHO, S. V. B.; ROSA, S. D. V. F.; FERNANDES, J. S.** Cryopreservation of coffee seeds: a simplified method. *Seed Science and Technology*, Zurich, v. 45, n. 3, p. 1-12, 2017.

**QUESTÃO: 40**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa B é a única verdadeira na questão. O controle físico consiste na utilização de diversas práticas, como a solarização, o uso do fogo, a inundação e a drenagem (EMBRAPA, 2018).

EMBRAPA. **Controle de plantas daninhas: métodos físico, mecânico, cultural, biológico e alelopatia**. Organizado por Maurílio Fernandes de Oliveira e Alexandre Magno Brighenti. Brasília, DF: Embrapa, 2018. 194 p.

**QUESTÃO: 42**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa **D** é a única incorreta, segundo o *Manual de Fitopatologia – Volume 2* (2016), os **primeiros sintomas da Sigatoka-amarela** aparecem **na face superior (adaxial) da folha**, na forma de **estrias amarelo-claras**, e não na face abaxial como afirma a alternativa D. As demais alternativas descrevem corretamente a evolução da doença. Portanto, apenas a alternativa **D** contradiz a descrição oficial dos sintomas iniciais apresentada no manual.

AMORIM, L. et al. **Manual de Fitopatologia: doenças das plantas cultivadas**. 5. ed. v. 2. São Paulo: Agronômica Ceres, 2016.

**QUESTÃO: 43**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão apresenta todas as informações necessárias para calcular corretamente a densidade de plantas por hectare. Para esse tipo de problema, bastam três dados: espaçamento entre plantas, espaçamento entre linhas e área total — exatamente os dados fornecidos no enunciado. Com 40 plantas em 8 m, obtém-se o espaçamento entre plantas (0,2m), espaçamento entre linhas (0,80m) e área total (1 hectare).

CLAY, David E. Carlson et al. Matemática e Cálculos para Agrônomos e Cientistas do Solo. **Piracicaba, SP: International Plant Nutrition Institute**, 2015.

**QUESTÃO: 45**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa B expressa uma prática ineficiente e contrária ao Manejo Integrado. A alternativa E ("monitoramento de fitomoléstias para aplicação de defensivos ao atingir o nível de controle") descreve prática altamente recomendada, alinhada ao MIP e ao uso racional de defensivos, não afetando a rentabilidade nem o meio ambiente.

EMBRAPA. *Manejo integrado de plantas daninhas: fundamentos e práticas*. Documentos 103. Brasília, DF: Embrapa, 2009. Disponível em: file:///mnt/data/infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/567569/1/doc103.pdf. Acesso em: 05 dez. 2025.

**QUESTÃO: 46**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa C é a única verdadeira na questão. A estrutura do solo é o padrão de arranjo das partículas de areia, silte, argila e matéria orgânica nos solos (BRADY; WEIL, 2013).

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 716 p.

**QUESTÃO: 49**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa A deve ser mantida como correta, pois a manipueira não pode ser utilizada para consumo humano, já que contém glicosídeos cianogênicos que liberam ácido cianídrico (HCN), composto altamente tóxico. Segundo a Embrapa, "a manipueira apresenta elevados teores de compostos cianogênicos, sendo imprópria para consumo humano ou animal sem tratamento adequado". O risco de intoxicação aguda — potencialmente fatal — torna o uso imediato da manipueira proibido para ingestão, justificando plenamente o gabarito oficial.

EMBRAPA. **Aproveitamento da manipueira na agricultura**. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 2005. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/157365/1/CNPMF2005Doc143.pdf. Acesso em: 05 dez. 2025.

**QUESTÃO: 50**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa C deve ser mantida como gabarito, pois contraria de forma explícita o que estabelece a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188/2010. A PNATER determina que as ações de ATER devem ser fundamentadas em metodologia participativa, com construção conjunta do conhecimento e promoção da autonomia dos agricultores.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PRONATER. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2010.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR
## MATÉRIA: ENGENHEIRO ELÉTRICO

**QUESTÃO: 30**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O candidato corretamente aponta que, em corrente contínua, a potência dissipada em um resistor não é dada por$P = \frac{V}{I}$, mas sim por:$P = V \cdot I, P = \frac{V^2}{R}, P = R \cdot I^2$, conforme ele mesmo demonstra a partir da 1ª lei de Ohm. De fato, portanto, a afirmativa IV é incorreta, e isso já foi considerado na elaboração da questão e na definição do gabarito.

**QUESTÃO: 30**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Do ponto de vista estritamente matemático, o campo magnético é descrito pela equação de Maxwell: $\nabla \cdot \vec{B} = 0$. Essa equação expressa que o campo magnético é solenoidal, isto é, não possui fontes nem sorvedouros, o que implica que todas as linhas de campo magnético são necessariamente curvas fechadas. Em outras palavras, as linhas de campo fecham-se sobre si mesmas. Entretanto, a afirmativa I é considerada correta sob a interpretação didática amplamente utilizada no ensino da Física, uma vez que expressa a natureza fechada das linhas de campo magnético, compatível com a condição matemática $\nabla \cdot B = 0$. A afirmativa IV é, de fato, incorreta, conforme corretamente apontado pelo candidato. Dessa forma, mantém-se como correta a alternativa D (apenas I, II e III estão corretas).

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR

## MATÉRIA: ASSISTENTE SOCIAL

**QUESTÃO: 27**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 34**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

O ESTATUTO DO IDOSO (LEI Nº 10.741/2003) É UM INSTRUMENTO FUNDAMENTAL E PARTE INTEGRANTE DA POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO (LEI Nº 8.842/1994), APROFUNDANDO E DETALHANDO AS DIRETRIZES PARA GARANTIR OS DIREITOS E PROMOVER UMA VIDA DIGNA À PESSOA IDOSA NO BRASIL.

**QUESTÃO: 35**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

O ESTATUTO DO IDOSO (LEI Nº 10.741/2003) É UM INSTRUMENTO FUNDAMENTAL E PARTE INTEGRANTE DA POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO (LEI Nº 8.842/1994), APROFUNDANDO E DETALHANDO AS DIRETRIZES PARA GARANTIR OS DIREITOS E PROMOVER UMA VIDA DIGNA À PESSOA IDOSA NO BRASIL.
PORTANTO, QUANDO TRATAMOS DA POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO, TAMBÉM ESTUDAMOS SOBRE O ESTATUTO BEM COMO DECRETOS E OUTROS.
O MINISTÉRIO PÚBLICO TEM PAPEL CENTRAL E FISCALIZADOR, NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO.

**QUESTÃO: 40**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

A ALTERNATIVA (B) DESCREVE O CENÁRIO DEE 1980 A 1990.
A ALTERNATIVA (A), TRAZ O CONTEXTO SOLICITADO NA QUESTÃO.

**QUESTÃO: 45**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

A CONSTRUÇÃO DO REDESENHO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA, FORMALIZADA PELA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS) DE 2004, TEVE COMO PRINCIPAL FINALIDADE A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).
OS OBJETIVOS E FINALIDADES ESPECÍFICAS DESSE REDESENHO INCLUÍRAM: MATERIALIZAR AS DIRETRIZES DA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (LOAS);

GARANTIA DE PROTEÇÃO SOCIAL; DESCENTRALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR DENTRE OUTROS.

**QUESTÃO: 46**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

A QUESTÃO TRAZ FALAS DE AUTORES QUE TRATAM DO SERVIÇO SOCIAL EM SUAS DIVERSAS FASES. DE FORMA CLARA E OBJETIVA.

**QUESTÃO: 47**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

A ALTERNATIVA (B) NÃO DESCREVE O ARTIGO POR COMPLETO, MAS APENAS PARTE DELE. TORNANDO-A INCORRETA.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR
### MATÉRIA: FONOAUDIÓLOGO

**QUESTÃO: 39**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – PROCEDENTE**
Mudar gabarito para LETRA E

**QUESTÃO: 49**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – PROCEDENTE**
Mudar gabarito para LETRA C

**QUESTÃO: 50**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – PROCEDENTE**
Mudar gabarito para LETRA B

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR \ MAGISTÉRIO (TARDE)
### MATÉRIA: PORTUGUÊS

**QUESTÃO: 01**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A primeira alternativa (a) está correta, pois mostra já no início, que observar a passagem do cometa gera sentimentos e emoções diversas. A menina, sem interesse ou qualquer sentido atribuído de início, deslumbra-se com a beleza da imagem e guarda na memória a imagem de uma noiva ou de um lindo pavão branco, justifica a letra (b).
O fragmento a seguir comprova a veracidade das letras (**c** e **d**): *Enquanto isso, os planetas assumem os lugares que lhes competem, na ordem do universo, neste universo de enigmas a que estamos ligados e no qual por vezes nos arrogamos posições que não temos - insignificantes que somos, na tremenda grandiosidade total.*
*Ainda há uns dias a reflexão e o arrependimento: por que não os utilizaremos? Se o fim do mundo não for em fevereiro, todos teremos fim, em qualquer mês...*
A alternativa que não corresponde às ideias do texto é a (**e**), as informações contidas nesta alternativa de registrar e viver o momento são opostas às contidas no texto.

**QUESTÃO: 02**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

**02.** *Por que mentimos tanto, com palavras tão judiciosas*? Tal excerto pode ser compreendido como:
**a.** O que nos leva a distorcer a realidade, com falas insignificantes e de baixo valor? – **não está correta** porque judiciosas jamais pode ser compreendida como insignificante e de baixo valor.
**b.** Por que dissimulamos a realidade , com expressões sensatas e prudentes? Está **correta:** dissimular a realidade é o mesmo que mentir ( no caso do texto em estudo, dissimulamos a realidade para se adequar a nossas(?) verdades imediatas. Judiciosas é o mesmo que bom senso, prudência e sensatez. Na busca de justificar atitudes próprias, o uso de uma linguagem convincente é utilizado no intuito de atribuir sentido ao que se faz. Linguagem convincente, prudente, sensata.
**c.** Qual o sentido falar o contrário do que pensamos, usando vocabulário inútil? A expressão vocabulário inútil extrapola e compreensão do termo judiciosa. **Errada**
**d.** Por que enganamos tanto, com expressões balbuciadas? **Errada** pela mesma razão da anterior.
**e.** Por que usamos de engodo, com palavras eruditas e formais? - reiterando, judiciosas é o feminino plural de judicioso, significando algo ou alguém que demonstra juízo, sensatez, prudência, perspicácia e boa capacidade de julgamento, sendo sinônimo de sábio, ponderado, ajuizado e cauteloso, vindo do latim iudicium (julgamento). Refere-se a ações ou pessoas que agem com acerto e coerência, evitando erros e demonstrando equilíbrio. **Não se refere à erudição e formalidade discursiva.**

**QUESTÃO: 03**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
**A expressão .** *Levantaram-me da cama, enrolada num lençol, e, **estremunhada**, levaram-me à janela.* Pode ser substituída por atordoada, letra D. Uma ligeira leitura do fragmento em que consta a frase é suficiente para a compreensão: *Mas, uma noite, levantaram-me da cama, enrolada num lençol, e, **estremunhada**, levaram-me à janela para me apresentarem à força ao temível cometa. Aquilo que até então não me interessava nada, que nem vencia a preguiça dos meus olhos pareceu-me, de repente, maravilhoso.*

**QUESTÃO: 04**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Seguindo as afirmações, Temos:
*I – A passagem de um cometa marcou a vida da escritora. Ela nos apresenta de maneira clara e precisa suas considerações acerca da vida, do tempo e da finitude, ao fazer um paralelo com os mistérios do universo*. Pode-se dizer que a escritora fala no texto pois a crônica é um texto veiculado em jornais (periódicos), é assinada e dedicada a um tema. Diferente de um texto ficcional que exige a figura de um narrador ( ser ficcional), a crônica é um texto híbrido em que escritora/autora/narradora se misturam em perfeita harmonia. **Afirmativa correta**.
*II - O texto fala da condição humana perante a inexorabilidade da morte.* **Está correta**, o final do texto apresenta reflexões acerca da morte, caso não seja um final coletivo (fim do mundo), é certamente o final de todos.
*III – Dentre as informações contidas, a preocupação e o cuidado com a infância são ressaltos como fundamentais para uma convivência pacífica*. Extrapola o texto. **Informação falsa**. O texto mostra a dissonância entre as ocupações adultas e as infantis. *Nada disso se entendia comigo: o mundo era delas, o cometa era para elas: nós, crianças, existíamos apenas para brincar com as flores da goiabeira e as cores do tapete.*
*VI – O modo de vida das pessoas é particular e intransferível; cada um imprime, à sua volta, o sentido que lhe é possível e/ou conveniente*. **Correta**. O início do texto comprova tal afirmação; enquanto as mulheres choravam, a criança se deleitou com a imagem do cometa. No final, há uma reflexão acerca das "inutilidades" na vida, se todos morrem e há assuntos mais importantes para pensar e fazer.
V - *Esse é um bom exemplo de como as crônicas podem abordar assuntos banais do cotidiano para mergulhar em questões subjetivas e circunstanciais da vida.* **É falsa** porque a passagem de um cometa

não pode ser compreendida como um assunto banal. Assuntos banais são temas comuns, superficiais e sem grande importância, como o clima, o dia a dia, o trânsito, ou seja, servem para criar "conexão humana".

**QUESTÃO: 05**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO 06**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão diz: ... *para me apresentarem **à força** ao temível cometa*. Existe uma regra que justifica o uso do sinal indicativo de crase no termo destacado. ( **Locução adverbial feminina** de modo) Tal justificativa se encontra, em:
**a.** Ele prefere estudar **à noite**.- porque "à noite" é uma **locução adverbial feminina** de tempo
**b.** Tal atitude só diz respeito à Cecília. - porque o verbo "dizer respeito" pede a preposição "a", e "Cecília" (nome próprio feminino) admite o artigo definido feminino "a", resultando na fusão "a + a = à"
**c.** Assisti à passagem do cometa. - porque o verbo assistir pede a preposição "a", e passagem (nome feminino) admite o artigo definido feminino "a", resultando na fusão "a + a = à"
**d.** Fomos à casa de alguns amigos - . - porque o verbo ir pede a preposição "a", e casa (nome feminino) admite o artigo definido feminino "a", resultando na fusão "a + a = à"
**e.** Somos contrários àqueles que não percebem a fugacidade da vida. A crase em "àqueles" é obrigatória porque o termo "contrários" pede a preposição "a" (ser contrário a algo/alguém), e o pronome demonstrativo "aqueles" admite o artigo feminino "a" (que se funde com a preposição), resultando em "a + a + aqueles", que se torna "àqueles", seguindo a regra de fusão da preposição "a" com o artigo ou com a letra inicial de pronomes demonstrativos.

**QUESTÃO: 07**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 08**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão pede que aponte a opção em desacordo com as regras de concordância nominal:
**a.** É proibido permanência de crianças em conversas de adultos. – **está correta,** a expressão ´e proibido fica invariável se a palavra seguinte não apresentar determinante **"a"** permanência
**b.** As tias mesmas acordaram cedo para olhar o cometa. – **Correto**. Mesmas é um pronome, funcionando como reforço enfático para "As tias" (sujeito feminino plural), concordando em gênero e número com o substantivo que acompanha,
**c.** As pessoas compram bastante coisas desnecessárias. **Está errada** porque "bastante" aqui atua como um pronome indefinido modificando o substantivo "coisas", indicando grande quantidade, e deve concordar com ele no plural, ou seja, "As pessoas compram bastantes coisas desnecessárias".
**d.** As mulheres parecem meio temerosas. **Está correta**, meio funciona como um advérbio de intensidade (significando um pouco ou mais ou menos) e, portanto, é invariável.
**e.** Pessoas que rezam bastante a Deus. **Está correta**, pois bastante funciona como advérbio de intensidade (modificando o verbo rezam), e advérbios são invariáveis, ficando sempre no singular.

**QUESTÃO: 09**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE.**
Acentuam-se as oxítonas terminadas em:
**a**, **e**, **o**, (acrescidos ou não de **s**); e as terminadas em: **em**, **ens**.
A palavra em destaque é "por**ém**". Oxítona terminada em EM. Das palavras apresentadas em todas alternativas, apenas a **A** apresenta a palavra parab**éns** – oxítona terminada em ENS

**QUESTÃO: 10**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR \ MAGISTÉRIO (TARDE)
### MATÉRIA: CONHECIMENTOS GERAIS

**QUESTÃO: 13**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Não existe ambiguidade na questão, conforme apontado. O Poder Legislativo, no âmbito do Congresso Nacional, é Bicameral Federativo, de sorte que não é possível confundir com nenhum outro item elencado na questão.

**QUESTÃO: 14**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 15**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão não deixa dúvidas que a cidadania possui uma construção histórica, portanto situacional, não podendo ser reduzida apenas as questões de natureza estatal ou imune à críticas.

**QUESTÃO: 16**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O item correto é o C, pois o comando da questão se refere ao atual momento da guerra, não sendo possível confundir com as questões armadas entre os dois países ocorridas em outros momentos de sua longa história conflituosa.

**QUESTÃO: 18**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Não se observa erro material na construção da questão, sendo perfeitamente possível, ao analisar o seu contexto e o seu comando, fazer a devida apreciação dos seus itens e vinculá-los ao Filme e Livro homônimo "Ainda Estou Aqui", sem possibilidade de ambiguidades.

**QUESTÃO: 19**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
– Não existe dúvidas de que as regiões metropolitanas presentes no Estado do Ceará são: Fortaleza, Cariri e Sobral. Não foi criada uma região metropolitana nos litorais leste ou oeste, motivo pelo qual nenhum outro item está correto.

**QUESTÃO: 20**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão foi formulada com base nos dados constantes no IPECE (que cita a expressão ano de criação). Também no site Oficial da Prefeitura de Mauriti (que cita a expressão fundação e emancipação política e "instalado" o município). A questão em tela usa textual a expressão "o município de Mauriti **foi criado** a partir do desmembramento do município de Milagres não restando, portanto, dúvidas que o comando da questão guarda coerência com o item C, que é o item correto.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR \ MAGISTÉRIO (TARDE)
### MATÉRIA: RACIOCÍNIO LÓGICO

**QUESTÃO: 21**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Em um dado comum, faces opostas somam 7.
Logo, se a face 5 está embaixo, a face 2 está em cima.
A frase do enunciado "pelo menos um dado caiu com a face 5 voltada para baixo" equivale a dizer "pelo menos um dos dados mostra a face 2 para cima".
Existem 36 pares possíveis ((x,y)) de faces de cima. Sem nenhum 2, cada dado pode ser apenas 1, 3, 4, 5 ou 6, totalizando 25 pares sem 2. Portanto, com pelo menos um 2, temos 36 - 25 = 11 pares possíveis.
Agora, dentre esses pares com pelo menos um 2, os casos em que tem soma no máximo 6 são (2,1), (2,2), (2,3), (2,4), (1,2), (3,2), (4,2), totalizando 7 casos.
Logo, a probabilidade pedida é P = 7/11.
Resposta: alternativa B).
Justificativa de que a questão está bem elaborada e de acordo com o edital

1. Clareza do enunciado
   - O problema especifica
     - Dois dados não viciados, numerados de 1 a 6;
     - A planificação desenhada deixa claro quais faces são opostas;
     - A condição "pelo menos um dado caiu com a face 5 voltada para baixo" é precisa;
     - A pergunta é objetiva: probabilidade de a soma das faces de cima ser no máximo 6.
       Não há ambiguidade semântica nem matemática.
2. Conteúdo diretamente previsto no edital
   No conteúdo programático de Raciocínio Lógico do edital consta, entre outros tópicos:
   - *"Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico."*

A questão 21 utiliza exatamente

- contagem de casos possíveis (espaço amostral de 36 resultados, depois restrito a 11 pela condição "pelo menos um 5");
- cálculo de probabilidade clássica (número de casos favoráveis dividido pelo número de casos possíveis);
- raciocínio condicional simples ("sabendo que pelo menos um é 5").

Portanto, o item está estritamente alinhado ao tópico "Princípio fundamental da contagem e probabilidade" previsto no edital de Raciocínio Lógico, não exigindo nenhum conteúdo além do ensino médio.

3. Coerência com o nível do cargo e da prova
   - Dados não viciados e faces opostas são conteúdos elementares de probabilidade e combinatória, usuais em provas de concursos de nível superior.
   - O candidato precisa apenas saber enumerar casos e aplicar a fórmula de probabilidade, sem recorrer a técnicas avançadas (não há uso de cálculo, estatística avançada, etc.).
   - A questão tem uma única alternativa correta (letra B), e todas as demais frações são plausíveis, o que evita alternativas "óbvias" e garante a boa discriminação da questão.
4. Conclusão sobre a adequação
   Assim, a questão 21
   - é bem formulada, com dados suficientes e linguagem precisa;
   - possui resposta única e objetiva, obtida por raciocínio lógico-matemático claro;
   - está plenamente de acordo com o conteúdo programático previsto no edital, em especial o tópico de probabilidade e princípio fundamental da contagem.

Dessa forma, não há fundamento técnico para alegar que a questão fere o edital ou deva ser anulada.

**QUESTÃO: 22**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 23**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Os dias da semana se repetem em ciclos de 7 dias. Então basta dividir 1000 por 7 e olhar o resto que é 6. Como a prova deste concurso foi aplicada em um domingo, avançando 6 dias a partir de domingo temos o sábado.
Resposta: alternativa E) sábado.
Justificativa de que a questão está bem elaborada e adequada ao edital

1. Clareza do enunciado

O problema especifica de forma objetiva o que é a "data atual" (dia da prova) e pede apenas o dia da semana decorridos 1000 dias. Não há ambiguidade, pois não se pede a data completa, apenas o dia da semana.

2. Conteúdo compatível com o edital de Raciocínio Lógico
    - O edital menciona tópicos como "Estruturas lógicas" e "Problemas envolvendo raciocínio lógico", dentro do conteúdo de Raciocínio Lógico.
    - A questão exige apenas:
        - reconhecimento de que os dias da semana formam um ciclo de 7 dias;
        - uma divisão simples com resto (1000 ÷ 7) e interpretação desse resto para contar dias.
    - Isso é um tipo clássico de problema de raciocínio lógico com calendário, amplamente trabalhado em nível fundamental/médio, sem exigir conteúdos avançados de Matemática.
3. Objetividade e unicidade da resposta
    - O procedimento leva a um único resultado (sábado), correspondente apenas à alternativa E.
    - As demais alternativas são plausíveis, o que garante poder de discriminação da questão, sem pegadinhas nem múltiplas interpretações.

Assim, a questão 23 é bem formulada, possui uma única resposta correta e está totalmente em conformidade com o conteúdo programático de Raciocínio Lógico previsto no edital, não havendo motivo para sua anulação por desvio de conteúdo.

**QUESTÃO: 24**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Seja
P: "Todos os macacos voam."
Q: "Nenhum peixe nada."
A frase dada é: P e Q.
A negação de uma conjunção é dada pela lei de De Morgan
não (P e Q) ≡ (não P) ou (não Q).
Traduzindo
não P: "Algum macaco não voa."
não Q: "Algum peixe nada."
Logo, a negação completa é
"Algum macaco não voa ou algum peixe nada."
Resposta correta: alternativa C)
Justificativa de que a questão está bem elaborada e adequada ao edital

1. Clareza do enunciado

A frase inicial é curta, com vocabulário simples, e a pergunta é objetiva, pois pede a negação da frase, sem ambiguidades.

2. Conteúdo dentro do programa do edital

A questão trabalha com proposições compostas, negação e quantificadores ("todos", "nenhum", "algum"), tópicos previstos em Raciocínio Lógico, usando diretamente a lei de De Morgan e a negação de quantificadores.

3. Objetividade e única resposta correta

Apenas a alternativa C representa corretamente a negação da proposição dada. As demais alternativas são logicamente incorretas, mas plausíveis, garantindo boa capacidade de discriminação.

**QUESTÃO: 25**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

A parte produzida por Ana é 4/11 do lote. O Bruno produziu 50% a mais que Ana, ou seja, Bruno produziu 1,5 × 4/11 = 6/11 do lote.
Total produzido pelos dois é 4/11 + 6/11 = 10/11 do lote.
Portanto, ainda falta 1 - 10/11 = 1/11 do lote para concluir a encomenda.
Resposta correta: alternativa B).
Justificativa de que a questão está bem elaborada e adequada ao edital

1. Clareza do enunciado

O problema descreve uma situação simples de produção, com dados numéricos objetivos, sem ambiguidade.

2. Conteúdo dentro do programa do edital

A questão envolve apenas operações com frações, porcentagem ("50% a mais") e soma de partes de um todo, que são conteúdos básicos de Matemática/Raciocínio Lógico, previstos em editais desse tipo de concurso.

1. Objetividade e única resposta correta

O cálculo mostra claramente que falta 1/11 do lote, o que corresponde somente à alternativa B. As demais alternativas são incorretas.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO (TARDE)
## MATÉRIA: LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

**QUESTÃO: 26**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

O Estatuto da Criança de do Adolescente prevê como um direito dos pais ou responsáveis a participação em propostas educacionais, sendo esta uma afirmação verdadeira, não estando em desacordo com o ECA. Ainda, é um direito previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a organização e participação em entidades estudantis, sendo este também um item verdadeiro.

**Os recursos aqui analisados dizem respeito apenas ao conteúdo das questões e/ou à alternativa no gabarito.**

**QUESTÃO: 27**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

Ausência do item V.

**Os recursos aqui analisados dizem respeito apenas ao conteúdo das questões e/ou à alternativa no gabarito.**

**QUESTÃO: 28**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa "B" e "A", questionadas no recurso, não estão em conformidade com o Decreto n° 5.626/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Assim, a alternativa correta é a que está prevista no gabarito oficial.

**Os recursos aqui analisados dizem respeito apenas ao conteúdo das questões e/ou à alternativa no gabarito.**

**QUESTÃO: 29**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A redação do item I não está em conformidade com Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Assim, a opção prevista no gabarito está correta, já que a mesma contempla como corretos somente os itens II e III.

**Os recursos aqui analisados dizem respeito apenas ao conteúdo das questões e/ou à alternativa no gabarito.**

**QUESTÃO: 30**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A letra "A" está em conformidade com Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sendo esta a opção correta. As demais opções não estão em conformidade com Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO
## MATÉRIA: PROFESSOR PORTUGUÊS

**QUESTÃO: 33**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE.**
***a.*** *São exemplos claros em suas estratégias comunicativas, porque deixam bem elucidadas o veículo, a finalidade e a intencionalidade.* – está correto, os textos apresentam ideias, ponto de vista e comprovação registrados.
***b.*** *O discurso enunciativo é bastante lúcido, pontual e estratégico nos dois textos.* – Correto, não há dúvidas.
***c.*** *Apresentam dados e informações coerentes e comprovadas, mas por apresentarem pontos de vista distintos, divergem em seu resultado.* - Tais pontos de vista incluem "o método de olhar e o foco da perspectiva.
***d****. São textos argumentativos, com objetivos e finalidades previamente definidas.* - São estilos argumentativos, está correto
*e. A divergência existente entre os textos se pauta na estruturação discursiva.* – **Errada.** O que caracteriza a estrutura discursiva é a organização lógica de um texto, começo, meio e fim. Os textos apresentam lógica na sua estrutura.

**QUESTÃO: 34**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 36**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Houve a supressão de um vocábulo no enunciado da questão. A lógica das alternativas acrescida da palavra destacada **país** permitiu que não houvesse erros e recursos sobre essa questão. A acentuação da palavra é justificada por ser um hiato tônico, fato que se repete na alternativa A, **saída.**

**QUESTÃO: 38**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – PROCEDENTE**
Modificar gabarito de **D** para **E.**

**QUESTÃO: 40**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O que estabelece relação de dependência com a primeira oração é o termo **anafórico "ela"** que se refere especificamente à humanidade**. O "pois"** explica toda oração. É coordenativa.

**QUESTÃO: 42**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Embora tenha aparecido duplicidade nas respostas A e B, ambas estão erradas. Tal fato não altera o resultado de quem acertou a questão, fato este que não acarreta nenhum.

**QUESTÃO: 44**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O erro de digitação corrobora com a informação incorreta da questão, ao invés de criar uma suposta duplicidade na resposta.

**QUESTÃO: 45**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
As palavras estão grafadas no próprio texto, o termo é "o morrer", ou seja, o verbo morrer se transformou em substantivo. A supressão de vocábulos no item III corrobora com o erro da questão.

**QUESTÃO: 48**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O décimo parágrafo fala de uma outra morte, não há nenhuma referência com antecipação do morrer. Viver sem emoções, sem Arte, é morrer em vida.

**QUESTÃO: 49**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão seria nula se a duplicidade nas alternativas ocasionasse duplicidade também no gabarito, o que não é o caso. Há apenas uma única alternativa correta que é a letra C.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO
## MATÉRIA: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

**QUESTÃO: 32**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Na questão 32 o item "IV" está correto e em conformidade com a LEI 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Assim, a opção correta é a letra "E", prevista corretamente no gabarito, em que consta que "todos os itens estão corretos". Ainda, sobre o item "I" também encontra-se correto e está previsto na meta 3.4 em conformidade com a LEI 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

**QUESTÃO: 33**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O gabarito da questão 33 está correto.

**QUESTÃO: 34**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O gabarito da questão está correto, não existindo divergência no enunciado, estando em conformidade com a Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação– PNE, mais especificamente as estratégias da META 4. Ainda, o item "III' prevê "Assegurar a disponibilização de uma educação inclusiva, proibindo a exclusão de estudantes do ensino regular por motivo de deficiência", sendo esta uma afirmação correta. Todos os itens da questão estão previstos dentro da a LEI 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação– PNE. A alternativa corresponde ao conjunto correto de itens, incluindo o item V que integra as estratégias da Meta 4 (item 4.13) da Lei nº 13.005/2014.

**QUESTÃO: 35**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A duplicidade do item não interfere na compreensão do texto, não comprometendo o entendimento da questão. O erro de digitação não impede o candidato de compreender a questão e de marcar a opção correta. Sobre outra questão levantada no recurso, o item III previsto na questão 35 está incorreto, por esse motivo não está contemplado enquanto itens "corretos". Nesse sentido, a opção apresentada no gabarito está correta, pois está com a ausência do item III.O item I da questão 35 também está correto. A opção disposta no gabarito oficial está correta.

**QUESTÃO: 36**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A ausência de menção literal a todos os princípios previstos nas DCNEI e na BNCC não invalida o enunciado, pois o conteúdo apresentado está coerente com tais documentos. O Item III — "As rotinas na Educação Infantil devem contemplar tempos e espaços para brincar livre e orientado, respeitando o ritmo e as necessidades das crianças". Contempla o brincar como eixo estruturantes das práticas pedagógicas e o item II – "As brincadeiras e os brinquedos favorecem o desenvolvimento integral da criança, contribuindo para aspectos cognitivos, motores, afetivos e sociais", também contempla aspectos importantes no desenvolvimento infantil presentes nos mesmos documentos. O objetivo da questão é avaliar a veracidade do enunciado apresentado, e não exigir que o item contenha todos os princípios e contenha a mesma redação presente nos documentos normativos. Portanto a resposta certa para questão é o item B.

**QUESTÃO: 40**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa considerada correta pela Banca, que inclui o item IV como verdadeiro, está em conformidade com a literatura educacional e com os documentos oficiais que orientam as políticas públicas brasileiras citadas no recurso. A afirmação de que "as avaliações em larga escala permitem comparar os resultados de aprendizagem nas escolas, mas não devem ser usadas isoladamente para julgar a qualidade da educação" reconhece duas questões importantes: a) As avaliações em larga escala permitem comparações entre escolas; e, b) Elas não devem ser utilizadas isoladamente como critério único de qualidade. Os autores mencionados no recurso, reforçam a construção do item presente na questão: as avaliações externas são relevantes, mas insuficientes se tomadas isoladamente. Assim, o conteúdo da questão está alinhado com a produção acadêmica e com os documentos oficiais, não havendo motivo para anulação. Portanto a resposta certa para questão é o item C.

**QUESTÃO: 43**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do recurso interposto, informamos que não procede o pedido de alteração do item correto da questão do item "A" para o "E". As formulações apresentadas na questão não contrariam a literatura de referência no que concerne aos conceitos que permeiam o tema sobre currículo - multiculturalidade, interculturalidade, transversalidade e transdisciplinaridade abordando aspectos importantes sobre o tema. Ademais no item IV utiliza-se a palavra "apenas" tornando a alternativa "E" incorreta. Portanto, a resposta certa para questão é o item A.

**QUESTÃO: 44**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A argumentação do recurso não está clara, mesmo assim, a banca se propôs a análise diante do indicativo de recurso e resolve manter a questão sem motivo para anulação. Portanto a resposta certa para questão é o item A.

**QUESTÃO: 45**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O argumento apresentado refere-se a um erro de digitação identificado na alternativa "E". Contudo, tal ocorrência não comprometeu a alternativa considerada correta pela Banca (item "B"), nem alterou o sentido da resposta válida. O erro de digitação não gerou prejuízo interpretativo, tampouco induziu a erro, visto que a redação da resposta correta se manteve clara e coerente com o tema abordado. Portanto, não há fundamento para a anulação da questão, permanecendo válida a alternativa indicada como correta que é o item B.

**QUESTÃO: 47**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 49**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A argumentação do candidato não corresponde a questão "49" indicada no Recurso.

**QUESTÃO: 50**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa correta é a letra "B", a educação integral defendida pelos escolanovistas não deve ser confundida com o ensino em tempo integral, característico das práticas educacionais contemporâneas, nesse sentido a Letra D, não pode estar correta quando afirma: "O ensino de tempo integral promove a Educação Integral pensada pelos escolanovistas no início do Século XX: [...].

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO
## MATÉRIA: PROFESSOR HISTÓRIA

**QUESTÃO: 33**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 34**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 35**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 36**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 37**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 38**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das

respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 39**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 40**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 41**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 42**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 43**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 44**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 45**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 46**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 47**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto,

o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 48**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 49**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

**QUESTÃO: 50**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do conteúdo apresentado pelo candidato, verificou-se que o recurso foi fundamentado exclusivamente no gabarito preliminar divulgado pela banca examinadora, desconsiderando-se o gabarito oficial posteriormente publicado. Ressalta-se que, conforme normativas do certame, o gabarito oficial é o único instrumento válido para fins de interposição de recurso e avaliação das respostas das questões. Assim, não há amparo técnico para alteração de resultado com base em gabarito preliminar, uma vez que este possui caráter provisório e sujeito a ajustes. Diante do exposto, o recurso é considerado improcedente, mantendo-se integralmente o gabarito oficial e a correção realizada pela banca.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO
## MATÉRIA: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

**QUESTÃO: 33**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise detalhada do recurso apresentado, verificou-se que não há inconsistência no gabarito oficial da questão, o qual indica corretamente a alternativa D (Apenas I, II e IV estão corretas). O candidato afirma que as afirmativas I e IV estariam incorretas por suposto desacordo com a BNCC e o PNE. Entretanto, essa interpretação não procede. As afirmativas foram elaboradas de acordo com os princípios pedagógicos que orientam o ensino do esporte na Educação Física Escolar, considerando referenciais como a BNCC, o PNE e as abordagens críticas da área. Afirmativa I: Está correta, pois reconhece elementos vinculados às dimensões histórica, cultural e social do esporte, coerentes com a abordagem crítico-superadora e com as competências da Educação Física previstas na BNCC. Afirmativa IV: Também está correta dentro da perspectiva adotada na questão, não apresentando

inconsistências técnicas. Dessa forma, a alternativa indicada pelo candidato ("C – Apenas II e III estão corretas") não se sustenta, já que os itens I e IV não apresentam erro. Assim, mantém-se o gabarito oficial, já publicado para esta questão.

**QUESTÃO: 35**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após nova análise do item, não procede o pedido de alteração de gabarito nem de anulação. A descrição do enunciado, afastamento do tecnicismo, crítica à normatização corporal e compreensão das práticas corporais como manifestações culturais, sociais e históricas, corresponde diretamente à abordagem Crítico-superadora (Coletivo de Autores, 1992). A alternativa E (Esportivista) não se aplica, pois, essa perspectiva mantém o esporte de rendimento e a técnica como foco central, o que contraria completamente o que a questão descreve.
Além disso, o termo "esportivismo crítico" citado pelo candidato não constitui uma abordagem pedagógica reconhecida nem está presente nas classificações tradicionalmente utilizadas em concursos. Não há ambiguidade: somente a alternativa C contempla integralmente os elementos do enunciado.

**QUESTÃO: 41**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O recurso não procede. O enunciado descreve uma estratégia de ensino baseada em jogos reduzidos, situações táticas, tomada de decisão e resolução de problemas do jogo antes da técnica, elementos que caracterizam diretamente a abordagem Compreensiva do Jogo (TGfU). A abordagem Desenvolvimentista, citada no recurso, prioriza progressões motoras gerais e a adequação das tarefas ao nível de desenvolvimento do aluno, mas não tem como eixo central a tática, o jogo reduzido como estratégia pedagógica, nem o princípio de "tática antes da técnica", que são fundamentais no TGfU. Portanto, não há ambiguidade e o gabarito publicado (alternativa D) está correto.

**QUESTÃO: 44**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O recurso não procede. A questão descreve um planejamento conjunto, com integração real de conteúdos, articulação metodológica e construção de uma sequência comum entre Ciências e Educação Física. Esses elementos caracterizam de forma inequívoca uma prática interdisciplinar, conforme definido na BNCC e na literatura pedagógica. A alternativa E (abordagem tradicional) não se aplica, pois, a abordagem tradicional é fragmentada, conteudista e sem articulação entre áreas, exatamente o oposto do que o enunciado apresenta. Dessa forma, o gabarito A está correto, e não há justificativa técnica para alteração. Recurso indeferido.

**QUESTÃO: 49**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, mantém-se o gabarito original, pois a alternativa correta é a letra A. A seguir, apresenta-se a fundamentação técnico-normativa que justifica a manutenção do gabarito: I. "A BNCC define competências e habilidades obrigatórias, mas não determina conteúdos específicos nem métodos, cabendo às redes contextualizá-la." AFIRMATIVA CORRETA. A BNCC estabelece uma base comum nacional de competências e habilidades (BNCC, 2018, p. 13; p. 21), mas não prescreve métodos pedagógicos ou conteúdos fechados. Os "objetos de conhecimento" são categorias amplas (práticas corporais), não conteúdos detalhados. A própria BNCC determina que cabe às redes e escolas contextualizar e complementar o currículo. II. "O regime de colaboração implica corresponsabilidade entre União, estados e municípios, afetando diretamente a construção dos currículos de Educação Física." AFIRMATIVA CORRETA. O art. 211 da Constituição Federal de 1988 estabelece o regime de colaboração dos entes federativos para organizar seus sistemas de ensino. Esse regime afeta diretamente a elaboração e implementação dos currículos,

inclusive de Educação Física, garantindo coerência entre BNCC e currículos locais. Logo, a afirmativa está correta. III. "As DCN reforçam a autonomia pedagógica das escolas, o que lhes permite desconsiderar as competências gerais da BNCC." AFIRMATIVA INCORRETA. As DCN (Resolução CNE/CEB nº 4/2010 e Resolução nº 2/2013): 1. reafirmam a autonomia pedagógica, porém dentro dos marcos legais vigentes; 2. determinam que o currículo deve articular-se às competências gerais da BNCC (após sua homologação em 2017–2018). A autonomia não autoriza desconsiderar a BNCC, que é normativa obrigatória para todas as redes e escolas. Portanto, a afirmativa III é falsa. IV. "O PNE estabelece metas de qualidade que incluem o fortalecimento de práticas corporais na formação integral." AFIRMATIVA CORRETA. O PNE (Lei 13.005/2014) orienta a formação integral, a qualidade da educação e a valorização de práticas corporais, especialmente nas metas que tratam da educação básica, currículo, ampliação da jornada e educação integral. Assim, a afirmativa IV está correta.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO

## MATÉRIA: PROFESSOR GEOGRAFIA

**QUESTÃO: 31**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Não reside dúvidas, quando se prescruta a história do pensamento geográfico, no fato de considerar Humboldt e Ritter como pais fundadores da ciência geográfica moderna, especialmente quando se contextualiza esse processo ao longo do século XIX. Assim, o recurso não deve prosperar.

**QUESTÃO: 32**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O texto de apoio e o comando da questão não deixam dúvidas de que o processo de consolidação da geografia moderna se principia na Alemanha, pelos motivos históricos vinculados à transição do feudalismo para o capitalismo, como é amplamente reconhecido pela literatura especializada. Assim, o recurso não deve prosperar.

**QUESTÃO: 33**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A grande contribuição de Elisée Reclus foi conformar um pensamento que mais tarde seria chamado de geografia social. Ademais, em nenhum dos outros itens é possível enquadra o pensamento do pensador supramencionado.

**QUESTÃO: 40**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Ao longo de pleistoceno, em quase 90% desse tempo, ocorreram mais glaciações do que períodos interglaciais, momentos nos quais a temperatura do planeta estava em níveis muito baixos. Nesse sentido, apenas o item A está correto.

**QUESTÃO: 46**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A correta compreensão da geo-histórica do Estado do Ceará não deixa dúvidas do papel da pecuária extensiva no processo de ocupação socioeconômica sendo, assim como em partes importantes do nordeste semiárido, a principal atividade econômica com rebatimentos territoriais. Assim, o recurso não deve prosperar.

**QUESTÃO: 49**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

A questão solicitava o conhecimento dos principais tipos de solo do Estado do Ceará. Nesse sentido, inclusive a questão cita o documento fonte, a saber a FUNCEME. Nesse sentido, não resta dúvidas quanto ao item correto da questão, não cabendo o pedido de anulação.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR MAGISTÉRIO

## MATÉRIA: PROFESSOR MATEMÁTICA

**QUESTÃO: 33**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A função da questão está definida para x = 2. E no conjunto solução o número não pertence ao mesmo.

**QUESTÃO: 34**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O candidato apresenta a solução correta da questão, cuja resposta está de acordo com o gabarito divulgado, mostrando que não há problema com a questão. Portanto, a questão é válida.

**QUESTÃO: 35**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
A questão tem dados suficientes para ser resolvida, porém não apresenta alternativa correta. Logo, deve ser ANULADA.

**QUESTÃO: 37**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O candidato errou ao calcular o cosseno do ângulo de 18º. Portanto, a questão está correta.

**QUESTÃO: 38**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O candidato não observou que a resposta que o mesmo encontrou estava na página posterior, a qual é a alternativa E. Portanto, recurso não aceito.

**QUESTÃO: 39**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O Candidato não apresentou argumentos que justificasse qualquer erro na questão ou alteração do gabarito.

**QUESTÃO: 41**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A como há devolução, há a possibilidade de empate, o qual pode ocorrer em 50 casos possíveis. Assim a probabilidade de empate é 50 dividido por 50x50. Logo, a probabilidade de uma retirar um número maior que a outra é 1 - 1/50 = 49/50. Sobre a palavra “OIUTRO”, a mesma não dificulta o entendimento da questão, uma vez que a palavra mais próxima da língua portuguesa da palavra digitada é “OUTRO”, o que facilmente podemos corrigir.

**QUESTÃO: 43**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
A questão não alternativa correta. A mesma deve ser ANULADA.

**QUESTÃO: 45**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Para se resolver a questão, bastava utilizar a relação existente entre tangente e secante, a qual é derivada da identidade fundamental da trigonometria.

**QUESTÃO: 49**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – PROCEDENTE**
As soluções apresentadas estão corretas. O gabarito deve ser corrigido. A ALTERNATIVA correta é a letra A.

**QUESTÃO: 50**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
A questão não alternativa correta. A mesma deve ser ANULADA.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR
### MATÉRIA: ANALISTA AMBIENTAL

**QUESTÃO: 28**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
Em razão do erro material no enunciado (indicação do número da lei), mesmo que não impossibilite a resolução com base no ordenamento jurídico correto, já que a questão faz menção expressa, de forma textual, a qual tema gravita as assertivas (Lei de crimes ambientais), a comissão considera prudente a anulação da questão 28.

**QUESTÃO: 34**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Apenas a alternativa "C" encontra-se correta, já que a alternativa "A" emprega, em seu texto, o termo "projeto de pesquisa submetido", enquanto a Lei 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro) informa sobre a necessidade da aprovação e não apenas da submissão: "Art. 38, II - em atividades de pesquisa científica vinculadas a projeto aprovado pelo órgão ambiental..."

**QUESTÃO: 36**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão apresenta esquemas ilustrativos de alguns instrumentos para captura in situ no biomonitoramento de ambientes aquáticos e apesar de haver várias adaptações no formato dessas ferramentas de monitoramento, as que são apresentadas na questão 36 representam fielmente os modelos padrão da rede de plâncton, covo e puçá, conforme consta na sequência correta (letra B). Fernando G. de Oliveira, Lucíola T. Baldan. Fundamentos de Ecotoxicologia: princípios e aplicações. Palotina: UFPR, 19p. 2022.

**QUESTÃO: 46**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Não há nenhum erro conceitual no enunciado da questão 46, assim como não há prejuízo ou impossibilidade de compreensão do seu entendimento, não se justificando, assim, a sua anulação.

**QUESTÃO: 49**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão 49 não apresenta ambiguidade no enunciado de suas alternativas, não havendo erros conceituais com consequentes prejuízos ou impossibilidade de compreensão de entendimento, não se justificando, portanto, a sua anulação.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR
### MATÉRIA: AUDITOR FISCAL

**QUESTÃO: 26**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O poder de reforma constitucional recebe, doutrinariamente, as seguintes denominações:

- Poder Constituinte Derivado
- Poder Constituinte Derivado Reformador
- Poder Constituinte de Segundo Grau (ou 2º grau)
- Poder Constituído
- Poder Secundário
- Poder Instituído

Não faz parte dessas denominações o termo Poder Constituinte de Segundo Grau.
Dessa forma, alternativa correta: "D", conforme gabarito.

**QUESTÃO: 27**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Segundo o Portal do Governo Federal as Leis Complementares diferem das Leis Ordinárias por exigirem o voto da maioria dos parlamentares que compõe a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para serem aprovadas. Devem ser adotadas para regulamentar assuntos específicos, quando expressamente determinado na Constituição da República.
Dessa forma, alternativa correta: "A", conforme gabarito.
https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/leis-complementares-1/todas-as-leis-complementares-1

**QUESTÃO: 28**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Segundo texto complementar da Escola Superior do Ministério Público da União, a afirmação III é a única verdadeira. Dessa forma, alternativa correta: "E", conforme gabarito.
https://escola.mpu.mp.br/plataforma-aprender/acervo-educacional/conteudo/gestao-e-controle-da-administracao-publica-1/texto-complementar-3.pdf

**QUESTÃO: 29**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Conforme a letra da lei da CF88 em seu Art. 21, inciso XX, compete à União "instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos", o que torna a alternativa "D" incorreta. A alternativa "C" está correta porque, de fato, o Distrito Federal trata-se uma entidade federativa, não sendo caracterizado como estado nem um município. Além disso, abriga a capital federal, resultando em tutela parcial da União, que organiza e mantém suas Polícias (Civil, Militar, Penal, Bombeiros), seu Ministério Público e o Tribunal de Justiça, financiando parcialmente serviços essenciais por meio do Fundo Constitucional.
Dessa forma, alternativa correta: "C", conforme gabarito.

**QUESTÃO: 32**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Conforme o Código Tributário Nacional, em seu Art. 35, o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos é de competência dos Estados. Ainda segundo a mesma fonte, os demais impostos, com a grafia apresentada nas alternativas, são de competência da União.
Dessa forma, alternativa correta: "C", conforme gabarito.
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL : Lei nº 5.172/1966. – 5. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2024. 69 p.

**QUESTÃO: 34**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

A afirmativa II está incorreta porque, de acordo com a letra da lei da CF88, em seu Art. 86. "Admitida a acusação contra o Presidente da República, **por dois terços** da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade."

A afirmativa IV está incorreta porque a improbidade administrativa não se enquadra na categoria de crimes de responsabilidade. Embora ambos os conceitos envolvam condutas ilícitas praticadas por agentes públicos, eles possuem naturezas jurídicas e regimes de responsabilização distintos no direito brasileiro.

Principais Diferenças:

- Natureza Jurídica: Os atos de improbidade administrativa são considerados ilícitos de natureza cível (ou político-administrativa), regidos pela Lei nº 8.429/1992. Já os crimes de responsabilidade são infrações político-administrativas, cuja natureza é predominantemente política, e são regidos por leis específicas, como a Lei nº 1.079/1950.
- Competência para Julgamento: O julgamento dos atos de improbidade administrativa compete, via de regra, ao Poder Judiciário comum (Justiça Federal ou Estadual, dependendo do caso), por meio de uma ação civil pública. O julgamento dos crimes de responsabilidade é realizado por órgãos políticos, como o Senado Federal (para o Presidente da República, por exemplo) ou a Assembleia Legislativa (para Governadores), em um processo de *impeachment*.

Dessa forma, somente as afirmativas I e III são verdadeiras. Alternativa correta: "A", conforme gabarito.

**QUESTÃO: 35**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Os recursos interpostos ora afirmam que não existem alternativas incorretas, em desacordo com o Gabarito que indica a alternativa "E" como correta, ora afirma que existem duas alternativas corretas "D" e "E". Desta forma, serão discutidas essas alternativas. A alternativa "D" é incorreta, porque o CNJ, apesar de sua abrangência nacional, não exerce jurisdição, ou seja, não tem função jurisdicional, conforme o Art. 103-B, § 4º da CF1988. A alternativa "E" por sua vez está correta, de acordo com os arts. 109 IV e 102, II, b, ambos da CF1988.

Dessa forma, alternativa correta: "E", conforme gabarito.

**QUESTÃO: 38**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

A alternativa "A" é incorreta pois a legalidade é princípio expresso segundo o art. 37, *caput*, da CF1988.

A alternativa "B" é incorreta uma vez que o princípio da eficiência norteia toda a atuação da Administração Pública, ou seja, a atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A alternativa "C" é incorreta uma vez que o princípio da indisponibilidade do interesse público decorre da ideia de que o Poder Público deve zelar pela coisa pública, sendo indisponíveis e inalienáveis. Dessa forma, não é possível a renúncia destes por pare do administrador público, em favor dos seus administrados a não ser por previsão legal, como por exemplo a anistia.

A alternativa "D" é incorreta uma vez que a eficiência não significa racionalização econômica, com busca incessante de redução de custos e otimização de recursos, muito ligado ao princípio da economicidade, que também tem guarida nos princípios administrativos, conforme Art. 70 da CF1988.

A alternativa "E" está correta uma vez que, ausentes os pressupostos legais autorizadores de um reconhecimento de um direito, este, por óbvio não existe e não pode ser reconhecido.

Dessa forma, alternativa correta: "E", conforme gabarito.

**QUESTÃO: 39**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa "A" é incorreta pois a legalidade é princípio expresso segundo o art. 37, *caput*, da CF1988.
A alternativa "B" é incorreta uma vez que o princípio da eficiência norteia toda a atuação da Administração Pública, ou seja, a atuação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
A alternativa "C" é incorreta uma vez que o princípio da indisponibilidade do interesse público decorre da ideia de que o Poder Público deve zelar pela coisa pública, sendo indisponíveis e inalienáveis. Dessa forma, não é possível a renúncia destes por pare do administrador público, em favor dos seus administrados a não ser por previsão legal, como por exemplo a anistia.
A alternativa "D" é incorreta uma vez que a eficiência não significa racionalização econômica, com busca incessante de redução de custos e otimização de recursos, muito ligado ao princípio da economicidade, que também tem guarida nos princípios administrativos, conforme Art. 70 da CF1988.
A alternativa "E" está correta uma vez que, ausentes os pressupostos legais autorizadores de um reconhecimento de um direito, este, por óbvio não existe e não pode ser reconhecido.
Dessa forma, alternativa correta: "E", conforme gabarito.

**QUESTÃO: 40**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Conforme os recursos impetrados pelos candidatos, a alternativa "A" está correta conforme consta no Art. 1º:
Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:
I – os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;
II – os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

Por sua vez, a alternativa "D" não está correta conforme consta na Lei 14.133 no art. 46 (I, II, III, IV e VII), onde o orçamento detalhado do custo global da obra, no projeto básico, é obrigatório para os seguintes regimes de execução indireta: i) empreitada por preço unitário; ii) empreitada por preço global; iii) empreitada integral; iv) contratação por tarefa, e; v) fornecimento e prestação de serviço associado. Entretanto, ele não é obrigatório nos regimes de contratação integrada e contratação semi-integrada.
Dessa forma, alternativa correta: "A", conforme gabarito.

**QUESTÃO: 43**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O candidato está correto ao apontar que a afirmativa II é incorreta, conforme dispõe a Lei nº 9.784/1999, ao estabelecer que o recurso administrativo, como regra, não possui efeito suspensivo automático. Todavia, essa incorreção já estava expressamente prevista no gabarito oficial, que não considerou a afirmativa II como verdadeira. As afirmativas I e III estão corretas, enquanto a IV é manifestamente falsa por violar o princípio constitucional da moralidade administrativa. Assim, permanece correta a alternativa D (somente I e III estão corretas).

**QUESTÃO: 47**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Do ponto de vista conceitual, tem-se: *Patrimônio Líquido = Ativo − Passivo Exigível*. O candidato argumenta que a afirmativa é falsa porque o patrimônio líquido também pode ser nulo, quando o ativo é igual ao passivo, citando a doutrina de Osni Moura Ribeiro. Contudo, a frase do enunciado:

"podendo ser positivo ou negativo" não afirma que essas são as únicas possibilidades, tampouco utiliza expressões de exclusão, como "apenas", "somente" ou "exclusivamente positivo ou negativo". Ela apenas destaca que o patrimônio líquido, sendo uma diferença entre grandezas (ativo e passivo), pode assumir valores positivos ou negativos, o que é verdadeiro. O fato de também poder ser nulo não torna falsa a afirmação de que pode ser positivo ou negativo; apenas significa que existem outras situações possíveis além daquelas enfatizadas no enunciado. Considerando que as afirmativas I, II e IV estão corretas, e que a afirmativa III é incorreta, mantém-se o gabarito original da questão, qual seja, a alternativa D.

**QUESTÃO: 49**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
As definições apresentadas nas alternativas A, B, C e D são, de fato, conceitualmente incorretas, e tal construção atende exatamente ao propósito da questão, que é avaliar o domínio conceitual do candidato sobre o processo orçamentário previsto no art. 165 da Constituição Federal e na Lei nº 4.320/1964. Essas distorções conceituais são propositalmente utilizadas em provas objetivas como estratégia avaliativa, justamente para verificar se o candidato domina com precisão as diferenças entre os instrumentos do processo orçamentário. A alternativa E é a única que apresenta definição correta e literal da composição da Lei Orçamentária Anual. Assim, inexistindo imprecisão insuperável ou ambiguidade, mantém-se o gabarito na alternativa E.

**QUESTÃO: 50**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O edital estabeleceu como conteúdo exigido em Auditoria Governamental: "Estrutura e Controle na Administração Pública. Finalidades, Objetivos, Abrangência, Formas e Tipos de Auditoria Governamental, Normas Fundamentais de Auditoria, Plano/Programa, Técnicas, Achados e Evidências de Auditoria, Papéis de Trabalho, Parecer e Relatório de Auditoria.". O termo "Normas Fundamentais de Auditoria", presente no edital, refere-se às normas estruturantes que regem o exercício da auditoria governamental, incluindo: Princípios de conduta e ética profissional; Princípios de objetividade, integridade, competência e comportamento profissional; Diretrizes metodológicas e estruturais. Esses princípios são explicitamente tratados nas NBASP 100 e 30, como também em toda a literatura clássica de auditoria governamental e privada, como Machado Jr., Almeida, Attie, Crepaldi, entre outros. O edital não restringiu as Normas Fundamentais de Auditoria a um único nível normativo (NBASP 100). Ao contrário, utilizou denominação para abranger todos os princípios estruturantes que orientam o trabalho do auditor. A questão não exige numeração de norma ou memorização de disposições específicas do Código de Ética, mas sim o domínio conceitual desses princípios, o que está de acordo com o conteúdo programático. A alternativa B apresenta definição correta e inequívoca do princípio da competência profissional. A alternativa A é tecnicamente incorreta por confundir integridade com objetividade. Mantém-se, portanto, o gabarito na alternativa B.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR
## MATÉRIA: EDUCADOR FÍSICO

**QUESTÃO: 28**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A alternativa C é a única correta, pois descreve de maneira precisa o caráter militarista e utilitário do sistema francês de ginástica desenvolvido por Francisco Amoros. A alternativa A não pode ser considerada correta ou parcialmente correta. Embora mencione aspectos presentes no sistema alemão, apresenta um erro conceitual central e incontornável: atribui o sistema ginástico alemão a Per Henrik Ling, criador do sistema sueco. Em questões de múltipla escolha, a presença de um erro factual sobre o autor do sistema invalida a alternativa por completo, independentemente de conter qualquer

descrição secundária que possa coincidir parcialmente com outro sistema. Assim, não há ambiguidade nem dupla interpretação possível, pois a informação incorreta sobre a autoria compromete o núcleo da alternativa, eliminando sua validade.

**QUESTÃO: 33**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
Após análise do recurso, constatou-se que a questão apresenta um erro na construção das alternativas. A sequência correta de associação entre os sistemas energéticos e suas características é 3 – 1 – 2 (Sistema Aeróbico; Sistema ATP-CP; Sistema Glicolítico Anaeróbio). Contudo, nenhuma das alternativas disponibilizadas corresponde a essa ordem, impossibilitando que o candidato identifique a resposta correta. Dessa forma, reconhece-se a procedência do recurso, e recomenda-se a anulação da questão, a fim de preservar a transparência e a justiça do processo avaliativo.

**QUESTÃO: 35**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do recurso, esclarecemos que não há erro no gabarito oficial da questão. A alternativa correta é a letra C, conforme publicado inicialmente pela banca. A alegação do candidato de que o gabarito apresentaria a alternativa E não foi confirmada, visto que, nos registros oficiais da prova e no gabarito divulgado, a resposta correta permanece como C, de acordo com os princípios fisiológicos que fundamentam a questão. Dessa forma, o recurso é indeferido, permanecendo inalterado o gabarito oficial com a alternativa C como correta.

**QUESTÃO: 43**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do recurso, esclarecemos que não há erro no gabarito oficial da questão. A resposta correta é a alternativa D, conforme consta nos registros da banca examinadora. A interpretação do candidato, de que o gabarito teria sido publicado com a alternativa A, não se confirma. Em todas as versões oficiais divulgadas, a alternativa indicada como correta é a D, em conformidade com o conteúdo técnico abordado na questão. Diante disso, o recurso é indeferido, permanecendo a alternativa D como resposta correta.

**QUESTÃO: 50**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Após análise do recurso apresentado, esclarecemos que não há erro no gabarito oficial da questão. A resposta correta é a alternativa B, conforme consta nos registros da banca examinadora. A alegação do candidato de que o gabarito teria sido divulgado com a alternativa D não foi confirmada. Em todas as versões oficiais publicadas, a alternativa correta permanece como B, que expressa adequadamente a abordagem crítica e social do corpo discutida na questão. A alternativa D não atende aos fundamentos teóricos exigidos e, portanto, não pode ser considerada correta. Diante disso, o recurso é indeferido, mantendo-se a alternativa B como resposta correta.

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR
## MATÉRIA: ENFERMAGEM

**QUESTÃO: 26**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
A Resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) 739/2024 citada na prova não embasa o conteúdo da questão e, sim, a Resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) 736/2024.

**QUESTÃO 30**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
GABARITO MANTIDO

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica para Organização da Rede de Atenção à Saúde com Foco na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Ambulatorial Especializada – Saúde da Mulher na Gestação, Parto e Puerpério. Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein. São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://atencaobasica.saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202001/03091259-nt-gestante-planificasus.pdf. Acesso em:06/12/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Manual de gestação de alto risco [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestacao_alto_risco.pdf. Acesso em: 06/12/2025.

**QUESTÃO 32**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
GABARITO MANTIDO

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS: acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético-estético no fazer em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

**QUESTÃO 33**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
GABARITO MANTIDO

O zero e "não pontuação" não modificam o entendimento para a resposta indicada como correta.
Brasil. Ministério da Saúde. Linha de Cuidado do Acidente Vascular Cerebral (AVC) no adulto [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. –Brasília : Ministério da Saúde, 2020.

**QUESTÃO 34**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
GABARITO MANTIDO

As linhas de cuidado articulam recursos e práticas dos serviços de saúde, através de diretrizes clínicas, assistenciais e de fluxos para nortear os processos entre os serviços de saúde e os diferentes pontos da RAS, além de regiões de saúde. Elas servem para favorecer a condução oportuna, ágil e singular dos usuários, e ampliar as possibilidades de diagnóstico e tratamento, considerando as necessidades de saúde do usuário. Os demais itens da questão não cumprem o mesmo significado e/ou definição, por completo.
Fonte: Ministério da Saúde. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/redes-de-atencao-a-saude.

**QUESTÃO 35**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO 36**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO 37**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO 38**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
GABARITO MANTIDO

Brasil. Ministério da Saúde. RESOLUÇÃO Nº 588, DE 12 DE JULHO DE 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2018/res0588_13_08_2018.html Acesso: 07/12/2025.

**QUESTÃO 39**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO 40**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Resolução Cofen nº 639/2020 que dispõe sobre as competências do Enfermeiro no cuidado aos pacientes em ventilação mecânica no ambiente extra e intra-hospitalar. Disponível em: https://www.corenrr.com.br/resolucao-cofen-no-639-2020-que-dispoe-sobre-as-competencias-do-enfermeiro-no-cuidado-aos-pacientes-em-ventilacao-mecanica-no-ambiente-extra-e-intra-hospitalar/#:~:text=gasom%C3%A9trica%20e%20respirat%C3%B3ria.-,Art.,06%20de%20maio%20de%202020.

**QUESTÃO 42**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO 43**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
GABARITO MANTIDO

RESPOSTA CORRETA NO GABARITO PARA QUESTÃO 43 É O ITEM “D”.

**QUESTÃO 44**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO 45**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
RESPOSTA CORRETA NO GABARITO PARA QUESTÃO 45 É O ITEM “E”.

**QUESTÃO 46**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO 48**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 35**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
Erro de digitação. A questão apresenta o símbolo % (por cento) e o correto conforme a Resolução CONAMA nº 357/2005 (Art. 2º) é o símbolo ‰ (por mil).

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR
## MATÉRIA: FARMACÊUTICO

**QUESTÃO: 27**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O gabarito não pode ser a alternativa A ("Medicamentos genéricos podem ter composição diferente dos medicamentos de referência, desde que os efeitos terapêuticos sejam semelhantes"), pois o conceito técnico definidor exigido pela Anvisa para um medicamento genérico não é que "efeito terapêutico seja semelhante", mas sim que o medicamento seja BIOEQUIVALENTE. A bioequivalência garante que a biodisponibilidade é a mesma, garantindo a mesma eficácia. Afirmação essa, descrita corretamente apenas na letra C ("medicamento genérico deve ser bioequivalente ao de referência, com mesma forma farmacêutica, dose e via de administração"). Gabarito mantido (Alternativa C)

**QUESTÃO: 28**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
De acordo com a Portaria SVS/MS no 344/1998, os medicamentos considerados psicotrópicos estão listados em três listas: A3, B1 e B2 e na questão cita apenas os medicamentos da lista B.

**QUESTÃO: 29**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A Alternativa A é incorreta, pois cita apenas os materiais gelo reciclado e caixas de isopor para o transporte de termolábeis em curtas distância, no entanto, a legislação (RDC 304/2019 e RDC 430/2020) descreve como requisito legal para o transporte de termolábeis a qualificação do sistema e não a apenas a natureza do material de transporte. O Sistema de Embalagem Passiva só deve acontecer se previamente qualificado. Isso significa que todo o material utilizado e o processo de embalagem devem ser previamente testados e validados com finalidade de comprovar a manutenção correta da temperatura durante o transporte. Portanto, não cabe anulação e será mantido o gabarito (Alternativa D – "É necessário controle contínuo e registro automatizado da temperatura durante o transporte de medicamentos termolábeis"), pois além desta afirmação estar correta, reflete o principal avanço trazido pela RDC 304/2019 no que diz respeito à cadeia fria. A norma exige o uso de dispositivos de monitoramento contínuo (registradores eletrônicos de temperatura ou *data loggers*) para garantir que os limites de temperatura (geralmente 2∘C a 8∘C para refrigerados) não sejam violados em nenhuma fase do transporte. O registro deve ser automatizado para garantir a rastreabilidade e a fidedignidade dos dados.

**QUESTÃO: 32**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A letra C (sugerida no recurso) é justamente a alternativa considerada correta da questão, não cabendo, portanto, nem pedido de recurso nesse caso.

**QUESTÃO: 39**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O gabarito deve ter mantido (Alternativa A), pois o mesmo define com precisão o objetivo da análise risco-benefício: o equilíbrio entre o benefício esperado (eficácia) e o dano potencial (efeitos adversos). Este é o conceito-chave da tomada de decisão terapêutica, especialmente em gestantes

(conforme o contexto da questão), onde o profissional precisa ponderar os resultados positivos para a mãe ou feto contra os riscos potenciais para ambos. Estudos populacionais são relevantes sim, mas apenas um dos fatores na tomada de decisão clínica. No contexto da gestação, a relevância desses estudos se tornam menores, pois estudos populacionais com essa população são extremamente escassos, retirando-o como um requisito principal avaliado na decisão clínica, descrito principal na alternativa D.

**QUESTÃO: 40**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O gabarito deve ter mantido (Alternativa E), embora "Aumento da depuração hepática do fármaco devido à indução enzimática do citocromo P450" não seja o único mecanismo de tolerância aos nitratos, se constitui o principal. A alternativa C possui um erro conceitual importante sobre o papel do SRRA no desenvolvimento da tolerância, pois o mesmo ao ser ativado de forma compensatória promove vasoconstrição reflexa e não vasodilatação reflexa (como mencionado na alternativa C), efeito esse que contribuiria para o aumento do efeito hipotensor e não para o mecanismo de tolerância que é a redução da eficácia terapêutica. Apesar da ativação compensatória do SRRA ser relacionando com a tolerância aos nitratos, o mecanismo está descrito incorretamente no item (vasodilatação reflexa), mantendo o item incorreto.
**Goodman & Gilman's: The Pharmacological Basis of Therapeutics.** (2018). 13. ed. McGraw Hill.
**Katzung, B. G., & Trevor, A. J.** (2024). *Farmacologia Básica e Clínica*. 16. ed. McGraw Hill.
**Munzel, T., et al.** (2005). Mechanisms of nitrate tolerance. *Cardiovascular Research*, 65(3), 567-575.

**QUESTÃO: 47**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
O gabarito deve ter mantido (Alternativa A), pois é a única opção que apresenta o mecanismo farmacológico principal (Bloqueio D2 na via nigroestriatal) de forma absolutamente correta. As demais alternativas (B, C, D e E) apresentam mecanismos incorretos ou irrelevantes para os EPS comumente provocada pelo uso do haloperidol. A inclusão da prometazina como medida adjuvante na reversão desses efeitos é clinicamente válida, reconhecida e aplicada na prática terapêutica no Brasil, cumprindo a condição de medida farmacológica que minimiza os sintomas solicitada na questão. O fato de o biperideno ou a difenidramina, fármacos que não foram se quer citatos na questão, serem também uma opção considerada, não invalida o uso adjuvante e eficaz da prometazina, especialmente no contexto em que a questão se insere (concurso de saúde pública brasileira) na qual a prometazina é utilizada. Portanto, a ambiguidade alegada não procede, pois a alternativa é tecnicamente correta em ambas as partes e, no contexto da saúde pública brasileira, a prática sugerida é reconhecida.
HUF, G.; COUTINHO, E. S. F.; ADAMS, C. E. Haloperidol plus promethazine for agitated patients - a systematic review. Braz. J. Psychiatry 31 (3). Set 2009.
SCHATZBERG, Alan F.; NEMEROFF, Charles B. **The American Psychiatric Publishing Textbook of Psychopharmacology.** 5ed. American Psychiatric Association Publishing, **2021.**

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR
## MATÉRIA: FISIOTERAPÊUTA

**QUESTÃO: 28**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Os recursos apresentados partem de uma premissa desatualizada de que o mecanismo de ação do TENS Convencional é puramente segmentar e ignora as evidências científicas mais recentes que demonstram tanto seu efeito na modulação da sensibilização central quanto sua superioridade no

tratamento dos componentes sensoriais da dor neuropática (alodínia e hiperalgesia) em comparação com o TENS de baixa frequência (acupuntura e burst).
A alternativa B (gabarito oficial) é a mais completa e precisa, pois descreve a modalidade mais eficaz para o quadro clínico e detalha seu mecanismo de ação de forma correta, incluindo a modulação dos neurônios de segunda ordem, que é o pilar da sensibilização central.
Estudos recentes corroboram essa visão:

- Sato et al. (2020) afirmam que, em estudos experimentais de dor neuropática, o TENS (sem especificar a modalidade) reduz alodínia, hiperalgesia e a sensibilização de neurônios centrais [2].
- Liu et al. (2025) demonstraram que o TENS ativa vias que transmitem sinais para o cérebro através de neurônios de segunda ordem e interage com o sistema inibitório descendente, resultando em analgesia [3].

Essas evidências demonstram que o TENS Convencional não se limita a "fechar o portão" na medula, mas também modula a própria atividade dos neurônios centrais envolvidos na sensibilização.
Um estudo comparativo direto realizado por Al-Zamil et al. (2022) em pacientes com dor neuropática diabética revelou que o TENS de alta frequência (Convencional) teve um efeito analgésico mais pronunciado do que o TENS de baixa frequência (Acupuntura) [4]. Especificamente, o TENS de alta frequência foi 57,6% superior na melhora das dimensões sensoriais da dor (que incluem alodínia e hiperalgesia). O TENS de baixa frequência mostrou-se superior apenas na dimensão afetiva (emocional) da dor.
Outro estudo fundamental, de Hingne & Sluka (2007), demonstrou em um modelo animal que o TENS de alta frequência (100 Hz) reduz a hiperalgesia, enquanto o TENS de baixa frequência (4 Hz) não apresentou efeito sobre este sintoma [5].
Esses achados indicam que, para o quadro clínico descrito na questão (dor neuropática com alodínia e hiperalgesia), o TENS Convencional (alta frequência) não é apenas uma opção válida, mas sim a mais apropriada segundo as evidências científicas comparativas.
REFERÊNCIAS
[2] Sato, K. L., et al. (2020). Transcutaneous electrical nerve stimulation, acupuncture, and spinal cord stimulation in the management of neuropathic pain. Korean Journal of Pain, 33(2), 121–131.

[3] Liu, S., et al. (2025). Neural basis of transcutaneous electrical nerve stimulation for analgesia. Neuron, S0896-6273(25)00595-1.

[4] Al-Zamil, M., et al. (2022). Clinical Experience of High Frequency and Low Frequency TENS in Treatment of Diabetic Neuropathic Pain in Russia. Healthcare (Basel), 10(2), 250.

[5] Hingne, P. M., & Sluka, K. A. (2007). Differences in Waveform Characteristics Have No Effect on Effectiveness of TENS. The Journal of Pain, 8(4), S63.

**QUESTÃO: 29**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

A questão busca a técnica mais indicada para atingir ambos os objetivos. Embora a Contração-Relaxamento seja excelente para o relaxamento, ela não foca na transição para o movimento ativo. A Iniciação Rítmica, por outro lado, é projetada para superar a dificuldade de iniciar um movimento (causada pela espasticidade) e progredir para a contração ativa, ensinando o padrão motor desejado (extensão do cotovelo).

Considerando que o objetivo final da reabilitação é a função ativa, a técnica que progride o paciente de um estado passivo para um ativo (Iniciação Rítmica) pode ser considerada mais completa e funcional para o caso descrito do que uma técnica que foca apenas no relaxamento e ganho de amplitude passiva (Contração-Relaxamento).

REFERÊNCIAS

[1] Physiopedia. Proprioceptive Neuromuscular Facilitation. Disponível em: https://www.physiopedia.com/Proprioceptive_Neuromuscular_Facilitation

[2] Prentice, W. E. Proprioceptive Neuromuscular Facilitation Techniques in Rehabilitation. Musculoskeletal Key. Disponível em: https://musculoskeletalkey.com/proprioceptive-neuromuscular-facilitation-techniques-in-rehabilitation/

**QUESTÃO: 30**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Com base no exposto, recomenda-se o INDEFERIMENTO do recurso interposto contra a Questão 30.

Justificativa

1. Correção do Gabarito: A alternativa B apresenta a definição fisiológica correta e universalmente aceita do limiar anaeróbio, conforme vasta literatura científica.
2. Incorreção da Alternativa D: A alternativa D define a frequência cardíaca máxima, um conceito fisiológico distinto que ocorre em uma intensidade de esforço diferente (máxima) daquela do limiar anaeróbio (submáxima).
3. Falácia no Recurso: O argumento do candidato é improcedente, pois confunde um método de estimação (uso da frequência cardíaca) com a definição fisiológica do fenômeno e, adicionalmente, confunde a frequência cardíaca no limiar com a frequência cardíaca máxima.

Não há, portanto, duplicidade de respostas corretas, e a questão se mantém válida e com o gabarito correto.

REFERÊNCIAS

[1] Physiopedia. Lactate Threshold. Disponível em: https://www.physiopedia.com/Lactate_Threshold

[2] Ghosh, A. K. (2004). Anaerobic Threshold: Its Concept and Role in Endurance Sport. Malaysian Journal of Medical Sciences, 11(1), 24–36. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3438148/

**QUESTÃO: 34**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Ambos os recursos partem de uma premissa fundamentalmente equivocada: a confusão entre um fenômeno neurofisiológico geral e uma técnica terapêutica específica.

1. Fenômeno vs. Técnica: A questão não é sobre o fenômeno da inibição recíproca em um vácuo. Ela é explicitamente sobre a aplicação deste princípio dentro do protocolo da "técnica de energia muscular (MET)". Embora o fenômeno da inibição recíproca (relaxamento de um músculo quando seu antagonista contrai) possa ser desencadeado por qualquer tipo de contração, a TÉCNICA MET possui um protocolo padronizado e bem descrito na literatura.
2. Tipo de Contração em MET: A literatura de referência em terapia manual é clara ao definir a MET como uma técnica que, em seu formato padrão, utiliza contrações isométricas. O site

Physiopedia [1], uma fonte de referência para fisioterapeutas, define MET como uma técnica que "usa a energia do próprio músculo na forma de contrações isométricas suaves para relaxar os músculos via inibição autogênica ou recíproca".

3 Análise do Enunciado: O enunciado é preciso ao perguntar "Qual tipo e direção de contração". Isso invalida o argumento dos recursos de que o tipo de contração seria irrelevante. A questão exige que o candidato identifique não apenas o músculo a ser contraído (direção), mas também o tipo de contração específico do protocolo MET.

O NCBI StatPearls [2] confirma que a abordagem de inibição recíproca em MET envolve "contrair o músculo antagonista para relaxar o músculo agonista disfuncional". Ambas as alternativas B e D acertam neste ponto.

No entanto, a divergência está no tipo de contração. O protocolo padrão de MET, conforme descrito no Physiopedia [1], para a inibição recíproca envolve o terapeuta resistindo completamente ao esforço do paciente, resultando em uma contração isométrica. A contração isotônica (que inclui a concêntrica) é citada como uma variação, não como o procedimento padrão.
Com base no exposto, recomenda-se o INDEFERIMENTO de ambos os recursos interpostos contra a Questão 34.

Justificativa

1 Erro de Interpretação dos Recursos: Os candidatos confundem o fenômeno fisiológico geral da inibição recíproca com a aplicação específica dentro da Técnica de Energia Muscular (MET), que possui um protocolo definido.
2 Precisão do Enunciado: A questão solicita claramente o tipo de contração, tornando este um critério decisivo para a resposta correta.
3 Correção do Gabarito: A alternativa D descreve com precisão o protocolo padrão da MET com inibição recíproca: uma contração isométrica do músculo antagonista (rotadores internos).
4 Incorreção da Alternativa B: A alternativa B descreve uma variação da técnica (MET isotônico/concêntrico), não o protocolo padrão. Em uma questão de múltipla escolha que busca a melhor resposta, a descrição do procedimento padrão (Alternativa D) é inequivocamente superior e mais correta do que a descrição de uma variação (Alternativa B).

Não há, portanto, duplicidade de respostas corretas. A questão está bem formulada e avalia o conhecimento específico do candidato sobre o protocolo padrão da Técnica de Energia Muscular. O gabarito oficial deve ser mantido.
REFERÊNCIAS
[1] Physiopedia. Muscle Energy Technique. Disponível em: https://www.physiopedia.com/Muscle_Energy_Technique

[2] Waxenbaum, J. A., Woo, M. J., & Lu, M. (2024). Physiology, Muscle Energy. In StatPearls. StatPearls Publishing. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK559029/

**QUESTÃO: 36**
**RESULTADO: RECURSOS ACEITOS – QUESTÃO ANULADA**

**QUESTÃO: 44**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

O argumento central do recurso baseia-se em uma premissa factualmente incorreta.

Evidência científica: A literatura especializada em reabilitação protética é unânime em afirmar o oposto. A inclinação lateral do tronco para o lado da prótese (lateral trunk bending) é causada por uma prótese excessivamente CURTA, não longa.
Consenso: Todas as fontes consultadas confirmam que uma prótese curta pode causar o desvio descrito, mas uma prótese longa não. Pelo contrário, uma prótese longa leva a desvios compensatórios diferentes, como vaulting (elevação na ponta do pé do lado são), circumduction (circundução da prótese) ou hip hiking (elevação do quadril do lado protético), todos com o objetivo de aumentar o espaço para a prótese passar durante a fase de balanço.

O O&P Library [3], uma referência clássica na área, vai além e lista a fraqueza dos músculos abdutores do quadril como a causa número 1 para a inclinação lateral do tronco. Este mecanismo é a resposta compensatória clássica à insuficiência do músculo glúteo médio em estabilizar a pelve durante a fase de apoio unipodal.

Com base no exposto, recomenda-se o INDEFERIMENTO do recurso interposto contra a Questão 44.
Justificativa

1. Erro Factual do Recurso: A alegação do candidato de que prótese longa causa inclinação lateral do tronco para o lado da prótese é factualmente incorreta e contradiz a literatura científica de referência.
2. Correção do Gabarito: A alternativa D (fraqueza dos músculos abdutores do quadril) é amplamente documentada como a causa mais provável e primária para o desvio de marcha descrito (marcha de Trendelenburg protética).
3. Ausência de Duplicidade: A alternativa A está incorreta, e a alternativa D está correta. Não há, portanto, duas respostas corretas, e a questão não apresenta ambiguidade.

O gabarito oficial deve ser mantido.
REFERÊNCIAS
[1] Physiopedia. Gait Deviations in Individuals with Lower Limb Amputations. Disponível em: https://www.physio-pedia.com/Gait_Deviations_in_Individuals_with_Lower_Limb_Amputations

[2] Burris, J. (s.d.). Prosthetic Gait Deviations. University of Missouri, Department of Physical Medicine and Rehabilitation. Disponível em: https://medicine.missouri.edu/sites/default/files/pm-r/Prosthetic_Gait_Deviations.pdf

[3] Berger, N. (s.d.). Chapter 14: Analysis of Amputee Gait. O&P Virtual Library, Atlas of Limb Prosthetics. Disponível em: http://www.oandplibrary.org/alp/chap14-01.asp

**QUESTÃO: 47**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Com base no exposto, recomenda-se o INDEFERIMENTO do recurso interposto contra a Questão 47.
Uma pesquisa aprofundada revelou que o artigo "National Institute for Clinical Excellence and its value judgments" (Rawlins & Culyer, 2004) [1] trata de como o NICE (National Institute for Health and Clinical Excellence) realiza julgamentos de valor na avaliação de tecnologias em saúde. O artigo não menciona o teste TUG, pontos de corte ou avaliação de risco de quedas.
Foi identificado que a citação incorreta provavelmente foi copiada de uma dissertação de 2022 [2] que comete o mesmo erro de citação. Portanto, a base da argumentação do candidato é uma fonte inadequada e irrelevante para o tema da questão.

Justificativa

1. Fonte Inadequada: A fonte citada pelo candidato (Rawlins & Culyer, 2004) é irrelevante para o tema da questão.
2. Contradição com Evidências: A interpretação de 18 segundos como "baixo risco" contradiz o consenso científico estabelecido por fontes como o CDC, Physiopedia e meta-análises, que definem o risco de quedas a partir de 12-13.5 segundos.
3. Desconsideração do Contexto Clínico: O recurso ignora o histórico de quedas do paciente, que por si só já o classifica como de alto risco. O histórico de quedas é o preditor mais forte de quedas futuras. Um paciente com histórico de quedas já é considerado de alto risco, e o resultado do TUG (18 segundos) apenas confirma e quantifica a severidade desse risco. Classificar este paciente como de "baixo risco" seria um erro clínico grave.
4. Correção do Gabarito: A alternativa C descreve corretamente a situação como "alto risco de quedas" e propõe uma intervenção (programa multicomponente) alinhada com as melhores práticas e diretrizes de prevenção de quedas para este perfil de paciente.

O gabarito oficial deve ser mantido.

[1] Rawlins, M. D., & Culyer, A. J. (2004). National Institute for Clinical Excellence and its value judgments. BMJ, 329(7459), 224–227. Disponível em: https://www.bmj.com/content/329/7459/224

[2] Elicker, T. A. (2022). Valores Normativos do Teste "Timed Up and Go" em Idosos Comunitários. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/237631

[3] Centers for Disease Control and Prevention (CDC). (s.d.). STEADI - Assessment: Timed Up & Go (TUG). Disponível em: https://www.cdc.gov/steadi/media/pdfs/steadi-assessment-tug-508.pdf

[4] Physiopedia. Timed Up and Go Test (TUG). Disponível em: https://www.physiopedia.com/Timed_Up_and_Go_Test_(TUG)

[5] Zasadzka, E., Borowicz, A. M., Roszak, M., & Pawlaczyk, M. (2015). Assessment of the risk of falling with the use of timed up and go test in the elderly with lower extremity osteoarthritis. Clinical interventions in aging, 10, 1289–1298. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4535541/

[6] Barry, E., Galvin, R., Keogh, C., Horgan, F., & Fahey, T. (2014). Is the Timed Up and Go test a useful predictor of risk of falls in community dwelling older adults: a systematic review and meta-analysis. BMC geriatrics, 14, 14. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3924230/

## CARGOS: NÍVEL SUPERIOR

## MATÉRIA: PROCURADOR JURÍDICO

**QUESTÃO: 26**

**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

O conceito de competência segundo Marcus Cláudio ACQUAVIVA. Dicionário Jurídico Brasileiro. Jurídica Brasileira. São Paulo. 1993, "é o alcance da jurisdição de um magistrado. É, o âmbito de seu poder de dizer o direito. Por isso, um juiz competente para causas trabalhistas poderá não ser competente para questões penais… o juiz não pode invadir a competência, o raio de ação de outro." p. 304.

Jurisdição, "do latim *jurisdictio*, ditar ou dizer o direito" ACQUAVIVA, p. 748. "Poder de aplicar o direito conferido aos magistrados".
Para Ozéias J. Santos. Manual Prático do Código de Processo Civil. Rumo Jurídico editora. São Paulo 2022. p. 87. A competência "é a extensão do poder do juiz em relação a circunstâncias que a lei estabelece. É a limitação do âmbito de jurisdição, dentro da qual os juízes estariam autorizados a agir. É uma permissão legal para o exercício de parcela dentro desse poder, uma vez que a jurisdição é poder do exercício da aplicação do direito. Assim, excluindo a possibilidade jurídica de atuação em outros que não há autorização legal."
A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. Não há dúvida sobre o conceito de competência, como uma fração do exercício da jurisdição, mas com ela não se confunde. Competência é a resposta certa. O candidato deve estudar o conteúdo exigido em sua totalidade, sendo capaz de diferenciar um conceito do outro.

**QUESTÃO: 29**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A questão certa é a "d" segundo a doutrina de DI PIETRO, Direito Administrativo, Editora Forense. 31.a ed. Rio de Janeiro. 2018. p. 87-88. Porque a autora destaca alguns privilégios que acompanham a administração pública, quando o regime jurídico adotado for o privado. E, de conformidade com a norma jurídica constitucional, a partir dos artigos seguintes:
Art. 173 e 175 da CF:
Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. Parágrafo único. A lei disporá sobre: I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. § 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).
A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. O candidato deve estudar o conteúdo exigido em sua totalidade, sendo capaz de diferenciar um conceito do outro, conhecer a legislação aplicável ao tema, neste caso condizente com a resposta indicada na prova.

**QUESTÃO: 30**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A resposta certa é a "c", nos termos do Artigo 1.º. da Lei de Improbidade Administrativa vigente, como expresso no enunciado na questão:
Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelará a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)
§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)
§ 3º O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)
§ 4º Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)
§ 5º Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)
§ 6º Estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais, previstos no § 5º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)
§ 7º Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções desta Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)
§ 8º Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
Art. 7º Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. O candidato deve estudar o conteúdo exigido em sua totalidade, sendo capaz de diferenciar um conceito do outro, consdierando a legislação vigente, como exigido no enunciado da questão. Conhecer a legislação aplicável ao tema da improbidade num concurso para procurador é básico e essencial para o cargo.

**QUESTÃO: 31**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Com espeque o Artigo 51 do CPC: "Art. 51. **É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autora a União**. Parágrafo único. Se a União for a demandada, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal.
No caso em questão, em face da competência absoluta da Justiça Federal, em Juazeiro do Norte (16.ª. Vara), para o ajuizamento das ações em que são parte a União, o foro competente é aquele da justiça federal ao qual o município de Mauriti está vinculado. Fonte: https://memorial.trf5.jus.br/jurisdicaoNovo/municipio.php?uf=CE&codigo=730
Artigo 109 da CF: O Artigo 109 da Constituição Federal estabelece a competência da Justiça Federal, determinando que os juízes federais processam e julgam causas em que a União, autarquias ou empresas públicas federais são partes, bem como aquelas fundadas em tratados internacionais ou que envolvem crimes federais.
A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. O candidato deve estudar o conteúdo exigido em sua totalidade, sendo capaz de diferenciar um conceito do outro e conhecer premissas inafastáveis ao entendimento e interpretação do CPC, considerando a legislação vigente e a Constituição Federal. No caso em comento está expresso na legislação, como demonstrado.

**QUESTÃO: 33**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A resposta certa é a "e" porque falsa. Segundo a doutrina de DI PIETRO, Direito Administrativo, Editora Forense. 31.a ed. Rio de Janeiro. 2018. p. 90-91. "Na relação administrativa, a vontade da Administração Pública é a que decorre da lei.".
A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. O candidato deve estudar o conteúdo exigido em sua totalidade, sendo capaz de diferenciar um conceito do outro, sendo capaz de analisar a questão sob o prisma da coerência interna na redação, a questão considerada falsa, é aquela que atribui o conceito contrário ao da legalidade, amplamente conhecido entre estudiosos e do Direito Administrativo, doutrina e não somente, da própria norma jurídica indicada na questão. Considerando a legislação vigente e a Constituição Federal. No caso em comento é parte essencial para compreender a falsidade da afirmação o que contradiz a Constituição Federal, o conjunto dos princípios expressos na C.F. indiscutivelmente está alí inserido no artigo 37, e transcrito para a questão. Art. 37 da C.F. "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: […]"

**QUESTÃO: 34**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A resposta certa é a B, porque está expresso no CPC, e o enunciado da questão a essa legislação se reportava expressamente. Senão vejamos:
Artigo 75, Define claramente no inciso IV: Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente: I - a União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado; II - o Estado e o Distrito Federal, por seus procuradores; III - o Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada; (Redação dada pela Lei nº 14.341, de 2022); IV - a autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar; V - a massa falida, pelo administrador judicial; VI - a herança jacente ou vacante, por seu curador; VII - o espólio, pelo inventariante; VIII - a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores; IX - a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens; X - a pessoa jurídica estrangeira, pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil; XI - o condomínio, pelo administrador ou síndico.
A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. O candidato deve estudar o conteúdo exigido em sua totalidade, sendo capaz de diferenciar o que pede expressamente no enunciado da questão. No caso em comento está expresso na legislação, como demonstrado.

**QUESTÃO: 36**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A resposta certa é a "e", porque previsto no Código Civil, fonte normativa do Direito Civil brasileiro, senão vejamos: artigo 44.
Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações; II - as sociedades; II - as fundações. V - as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003) V - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003) VI - (Revogado pela Lei nº 14.382, de 2022) VII - os empreendimentos de economia solidária. (Redação dada pela Lei nº 15.068, de 2024) § 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.(Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003) § 2º As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente aos empreendimentos de economia solidária e às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste

Código. (Redação dada pela Lei nº 15.068, de 2024) § 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)
A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. A resposta não exclui as inovações trazidas pela lei 15.068 de 2024, mas apresenta um rol, que está de conformidade com o código civil vigente, sem pretender alcançar a totalidade das pessoas jurídicas de direito privado elencadas no código civil. Observe que a resposta está voltada para o enunciado, que não exclui outras pessoas jurídicas de direito privado.
O candidato deve estudar o conteúdo exigido sendo capaz de entender o enunciado expresso das questões formuladas.

**QUESTÃO: 38**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A resposta "C" é a correta, porque decorre do entendimento do Código de Processo Civil, fonte primordial do direito processual civil pátrio. Senão vejamos:
Código de Processo Civil - Título III – Da intervenção de terceiro, Artigos 119 ao 138, A resposta certa é aquela pertinente à Assistência: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. A resposta está relacionada com o enunciado da questão, qual seja, o processo civil e sua fonte primária, o CPC, quando o enunciado outras fontes, assim o faz expressamente, para não deixar fora do programa expresso no edital, a prova. Conhecer o CPC é conteúdo básico para aprovação em um concurso de nível superior para Procurador, que é o cargo em questão.

**QUESTÃO: 40**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A resposta certa é a "d", porque errada a sentença. A resposta está em sintonia expressa com o enunciado da questão, que restringe ao dizer "somente" e elenca os fins para a criação de uma Fundação, neste caso, a alternativa correta é aquela errada, porque o rol do artigo 62 inclui outros fins para os quais podem ser criada uma fundação.
Nos termos do Código Civil brasileiro, senão vejamos: artigo 62 especifica o rol exclusivo de finalidades para a criação de uma fundação, além dessas especificadas: "A fundação somente poderá constituir-se para fins de: (Redação dada pela Lei nº 13.151, de 2015), I – assistência social; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015), II – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015), III – educação; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015), IV – saúde; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015), V – segurança alimentar e nutricional; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015), VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015), VII – pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015), VIII – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015), IX – atividades religiosas; e (Incluído pela Lei nº 13.151, de 2015)".
A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. A resposta está relacionada com o enunciado da questão, como referido, ou seja, amparado no Direito Civil, quanto mais em se tratando de norma expressa no código civil vigente. O candidato deve estudar o conteúdo exigido sendo capaz de entender o enunciado expresso das questões formuladas.

**QUESTÃO: 41**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**

Resposta certa está na letra "b". Observe-se que o enunciado da questão se refere à lei de licitações vigente e não ao entendimento interpretativo de qualquer tribunal. Conhecer a lei de licitações é essencial para o cargo em questão. Veja o que diz a lei de licitações 14.133/2021, Artigo 5.o: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).
Nas alternativas considerada incorretas, assim o foram, porque contrárias na legislação referida no enunciado. Senão vejamos:
- Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange: I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa; II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública. § 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.
- Art. 2º Esta Lei aplica-se a: I - alienação e concessão de direito real de uso de bens; II - compra, inclusive por encomenda; III – locação; IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados; VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia; VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
Art. 6.o. Inciso XIX: Notória especialização: XIX - notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;
A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. A resposta está relacionada com o enunciado da questão, como referido, ou seja, lei de licitações e contratos administrativos, quanto mais em se tratando de norma expressa no código civil vigente. O candidato deve estudar o conteúdo exigido sendo capaz de entender o enunciado expresso das questões formuladas.

**QUESTÃO: 42**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A resposta certa é a "d" porque porque não está correta a afirmação expressa na opção, qual seja que exclui o Agravo de Instrumento na fase de liquidação, contrariando texto expresso de lei, Código de Processo Civil. O agravo de instrumento poderá sim ser proposto contra decisão interlocutória proferida na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário. Entendimento expresso do Artigo. 1.015, parágrafo único, do CPC.
**Art. 1.015.** Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I - tutelas provisórias; II - mérito do processo; III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem; IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica; V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação; VI - exibição ou posse de documento ou coisa; VII - exclusão de litisconsorte; VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio; IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros; X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução; XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º ; XII – (VETADO); XIII - outros casos expressamente referidos em lei. Parágrafo único. **Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação**

**de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.**
Os demais casos trazidos nas alternativas são afirmações corretas, nos termos do processo civil e do CPC vigente. A exemplo do Art. 1010. "**A apelação, interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau, conterá: I - os nomes e a qualificação das partes; II - a exposição do fato e do direito;III - as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade; IV - o pedido de nova decisão**. § 1º O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. § 2º Se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelante para apresentar contrarrazões. § 3º Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade.
Observe-se que a alternativa "c", da questão 42, contém uma afirmativa correta. A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. A resposta está relacionada com o enunciado da questão, como referido. O candidato deve estudar o conteúdo exigido sendo capaz de entender o enunciado expresso das questões formuladas.

**QUESTÃO: 43**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A resposta certa é a "e" porque errada. Não se pode, nos termos expressos na Constituição Federal, afirmar que o Município exerce competência concorrente, nos termos dos artigos, 22, 23 e 24 da Constituição Federal. As competências e o regime jurídico-constitucional está previsto na CF.
"A proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico é competência concorrente da União, Estados, Distrito Federal.", Artigo. 24, inciso VII, somente.
A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. A resposta está relacionada com o enunciado da questão, como referido, quanto mais em se tratando de norma expressa na Constituição Federal vigente. O candidato deve estudar o conteúdo exigido sendo capaz de entender o enunciado expresso das questões formuladas e no tema das competências, é matéria essencial conhecer a legislação constitucional para atuar como procurador municipal.

**QUESTÃO: 44**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A resposta certa é a "c" porque em conformidade com o texto expresso do artigo 78 do Código Civil, a saber: "Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes".
A divulgação do gabarito da questão 44 já indicava opção "C" como a correta: https://cev-urca.org/edital/pmm/provas-e-gabarito/GABARITO%20PRELIMINAR%20-%20RETIFICADO.pdf

**QUESTÃO: 45**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – QUESTÃO ANULADA**
Há mais de uma resposta certa é "a", "c", "d" e "e", na medida em que o **artigo 225**, conforme transcrito a seguir e a questão, no enunciado, foi registrado faltando a definição, "marque a opção errada", que no caso é a opção "b", porque exclui da responsabilidade de preservar e defender o direito ao meio ambiente, a coletividade, quando o art. 225, expressamente a inclui.
Vejamos o artigo 225 da CF, referido no enunciado da questão:
Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a

serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam o art. 195, I, "b", IV e V, e o art. 239 e aos impostos a que se referem os arts. 155, II, e 156-A. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023). § 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. § 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. § 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. § 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas. § 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 96, de 2017)
A questão precisa ser anulada, porque nos termos do Edital 02/2025-PMM item 10.2. do processo seletivo, "A prova escrita objetiva constará de… questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas (A, B, C, D, E), com uma única resposta certa […]." deve haver apenas uma alternativa correta.

**QUESTÃO: 46**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
Resposta certa é a "a" porque errada. Nos termos do Código Civil, a seguir expressos:
Art. 99. São bens públicos: I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. A resposta está relacionada com o enunciado da questão, qual seja o ordenamento civil brasileiro, quanto mais em se tratando de norma expressa no Código Civil vigente.

**QUESTÃO: 47**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A resposta certa é a "b" porque está errada. Nos termos da CF artigo 182, a execução da política de desenvolvimento urbano municipal será executada pelo poder público municipal e a proposta de lei do plano diretor deve ser aprovado na câmara municipal. Sem previsão constitucional para cidades com mais de 100 mil habitantes ser de competência, ainda que concorrente, o plano diretor da respectiva cidade. C.F. Artigos 182 e 183. E artigo. 4.º. do Estatuto das Cidades.
Ao aludir no enunciado a vinculação da questão à politica de desenvolvimento urbano, nos termos da ordem jurídica constitucional, as respostas dos quesitos A, C, D e E, estão corretas. Senão vejamos o que nos diz expressamente o texto constitucional:
Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes.
§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
Lei 10.257/2001 – que regulamenta o art. 182 da CF.
Art. 9o Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
§ 1o O título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil. § 2o O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez . § 3o Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.
Art. 10. Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

**QUESTÃO: 48**
**RESULTADO: RECURSO NÃO ACEITO – IMPROCEDENTE**
A resposta certa é a "c" porque a exceção de impedimento e/ou suspeição será apresentada em petição própria e não em contestação, no âmbito do Processo Civil. **Artigo 146 e seguintes do CPC.**
**Art. 146. No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.**
A elaboração da questão nos termos formulados não guarda contrariedade com a previsão editalícia.

**QUESTÃO: 49**
**RESULTADO: RECURSO ACEITO – PROCEDENTE**

A resposta certa é a "b" porque expressa o texto literal do código civil artigo 104, I, II e seguintes, do ordenamento civil brasileiro, vigente. **O gabarito anteriormente divulgado contém como certa a resposta "D", que não é a certa.**

Art. 104. A validade do negócio jurídico requer: I - agente capaz; II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III - forma prescrita ou não defesa em lei.

Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Art. 111. O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

Art. 112. Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

A questão seguiu estritamente o programa e o conteúdo expresso no edital. A resposta está relacionada com o enunciado da questão, qual seja o ordenamento civil brasileiro, quanto mais em se tratando de norma expressa no Código Civil vigente.

**QUESTÃO: 50**

**RESULTADO: RECURSO ACEITO – PROCEDENTE**

A resposta certa é a **"d" porque errada,** é o entendimento expresso do artigo 210 do Código Civil vigente, O juiz deve conhecer de ofício da decadência, quando estabelecida por lei. Conforme transcrevemos a seguir: **Art. 210. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.**

As demais opções encontram arrimo no Direito Civil Brasileiro e as opções estão corretas, por isso. Nos termos dos artigos 197, Art. 206, parágrafo 3.º. V, Art. 206-A, Art. 208.